

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/12/30

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 27/2015, da reunião de câmara de 2015/12/02			Aprovação
2	Atualização do plano de contas do SIAL - Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais - Ajustamento ao orçamento municipal e grandes opções do plano inicial 2016-2019			Aprovação
	SERVIÇO MÉDICO-VETERINÁRIO MUNICIPAL			
3	Doação de rações ao canil municipal			Aprovação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
4	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
5	Legislação-síntese e editais			Conhecimento
6	Pagamentos autorizados			Conhecimento
7	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
8	Procedimento concursal para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Técnico Superior (área de geografia) - Recrutamento excecional			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/12/30

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
9	Contratação de empréstimo a médio prazo para financiamento de aquisição e demolição de frações no Monte Gordo - Cláusulas contratuais		Vila Franca de Xira	Aprovação
10	Exercício do direito de preferência sobre a fração "G", sita na praceta da Cooperação, nº 8 (antigo bairro da Chasa, lote 4.17)	Chasa, CRL	Alverca do Ribatejo	Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
11	Relação de atos da competência da Câmara Municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
12	Aumento de comproprietários - Corte do Lobo	António Alberto Cunha Gonçalves Ferreira	Vila Franca de Xira	Aprovação
13	Reconhecimento de interesse público municipal - Quinta da Boa Vista e Quinta do Jardineiro	Euroeste - Imobiliária e Construções, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
~~14~~	~~Plataforma Logística de Lisboa Norte - Alteração do faseamento das obras de urbanização e redução de caução - Lezíria das Cortes - Quinta das Areias~~	~~Saba Parques Logísticos Portugal, SA~~	~~Castanheira do Ribatejo~~	~~Aprovação~~
15	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 23 do loteamento da Quinta da Nossa Senhora de Fátima	José Manuel Lourenço Gonçalves	S. João dos Montes	Aprovação
16	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 476 do loteamento da Quinta da Bela Vista	Orlando dos Anjos Henriques	S. João dos Montes	Aprovação
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
17	Rotunda do entroncamento da variante de Vialonga com a EM de Alpriate - Lista de erros e omissões e prorrogação do prazo para entrega de propostas		Vialonga	Aprovação
18	Execução do parque urbano da Quinta da Flamenga - Fase 4A - Auto de receção provisória parcial final	Scampia - Engenharia, Lda	Vialonga	Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/12/30

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
19	Calendário 2016 alusivo ao Grupo de Forcados Amadores de Vila Franca de Xira - Proposta de venda no Posto de Turismo Municipal			Aprovação
20	Doação de carpintaria antiga por Isabel Maria Ferreira Minau Ramos			Aceitação
21	Workshop "Um caderno cheio de experiências", ministrado pelo Dr. Eduardo Salavisa, no âmbito da exposição coletiva de banda desenhada, ilustração e política "SemConsenso"			Aprovação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
22	Protocolo de cedência de instalações em regime de comodato	ACAPSI - Associação Cultural dos Avieiros da Póvoa de Santa Iria	Póvoa de Stª Iria	Aprovação
23	Universidade Sénior - Devolução de propinas por motivos justificáveis	Conceição Neves Martins e Américo Gonçalves Martins		Aprovação
24	Universidade Sénior - Devolução de propinas por motivos justificáveis	Francisco Brito		Aprovação
25	Programa de Apoio ao Movimento Associativo - Quota institucional 2015 - Retificação da deliberação de 2015/07/29	Núcleo Sportinguista de Vila Franca de Xira		Aprovação
26	Programa de Apoio ao Movimento Associativo - Quota institucional			Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
27	Processo disciplinar			Decisão



ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/12/30

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
~~28~~	~~Abertura de procedimento disciplinar~~			~~Aprovação~~
29	Ata em minuta da reunião	prox. reunião		Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/12/30

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores: -----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
. António José Sequeira Félix; -----
. Aurélio dos Santos Marques; -----
. José António da Silva de Oliveira; -----
. Ernesto Simões Ferreira; -----
. Maria de Fátima Pires Antunes; -----
. Ana Paula Bayer Lourenço. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelos Srs. Ana Paula Bayer Lourenço e Ernesto Simões Ferreira, respetivamente. -----

Entrou no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 9h37, durante o período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Telma Alexandra Guerreiro Marques, Assistente Operacional. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado: -----

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA -----

. Chefe do Gabinete -----

Dr. Renato Gonçalves-----

. Adjunto -----

Jorge Zacarias-----

GABINETE DE APOIO À VEREACÃO -----

. Adjunto -----

Dr. Alexandre Sargento-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Técnica Superior, em substituição do coordenador-----

Drª Ana Sofia Coelho-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, em substituição do diretor do departamento-----

Arqtª Teresa Laranjeira-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS -----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão -----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Diretora-----

Drª Maria de Fátima Faria Roque-----

. Técnica Superior, em substituição da Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus -----

Drª Filipa Silva-----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público-----

Arqtª Catarina Conde-----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Equipa -----



Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DOCUMENTO ENTREGUE AOS SRS. VEREADORES – SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO ACES ESTUÁRIO DO TEJO-----

Interveio o Sr. Presidente, cumprimentando os presentes e dando início à última reunião de 2015, dizendo, antes de passar a palavra aos Srs. Vereadores da CDU, que dará algumas informações rápidas, começando por referir os documentos que estão nas pastas. Quanto ao primeiro, são cópias de ofícios que se remeteram ao Sr. Ministro da Saúde, no sentido de solicitar uma reunião com caráter de urgência com os 5 municípios abrangidos pelo ACES - Agrupamento de Centros de Saúde, do Estuário do Tejo, para analisar uma série de matérias que há muito urge resolver, como seja a falta de enfermeiros e médicos de família nos respetivos centros de saúde. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU agradecem a informação que lhes foi disponibilizada. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que, ao olhar e ler de uma forma muito ligeira estes documentos, gostaria de lembrar mais uma vez a questão dos acessos do centro de saúde de Vialonga. Assim, na oportunidade que o Sr. Presidente tiver, era bom que fizesse chegar à tutela a necessidade de rever a localização do centro de saúde, uma vez que as pessoas com mais idade e maiores dificuldades de mobilidade veem muitas vezes negado o acesso a este espaço. -----

O Sr. Presidente, há uns tempos atrás, deu algumas sugestões, que parecem aos membros da CDU sensatas, e era bom, na conversa a ter com o ministério, propor a alteração da localização do centro de saúde de Vialonga. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo esperam e estão absolutamente solidários com a necessidade de ter mais investimento para se poderem ter melhores cuidados de saúde no concelho, na região, na Área Metropolitana de Lisboa e no país. -----

Portanto, apoiam, e gostariam de tentar obter essa informação e compromisso, e se pudesse obter mais investimentos, para prestar um melhor serviço às pessoas. --

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo aquilo que já disse em reunião de câmara, se calhar noutro momento, quanto à unidade de saúde familiar que ali

está, o centro de saúde, que lhe parece que se tem de encontrar outra solução mais vantajosa para a população. Apesar de a CDU não gostar muito destas soluções, há momentos em que se tem de dar o primeiro passo e estar disponível para ajudar a encontrar soluções.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, pedindo desculpa por interromper, mas dizendo que os membros da CDU estiveram sempre disponíveis. -----

Continuou o Sr. Presidente, referindo que dirá porque é que está a falar, porque quando se celebram contratos com vários ministérios, principalmente na saúde, para a construção de centros de saúde, aquilo que a CDU normalmente diz é que é uma competência do Governo, não é da câmara municipal, e não se deveriam tomar essas iniciativas. -----

Interrompeu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que votaram a favor. -----

Disse o Sr. Presidente que não tem presente se votaram sim em todas.-----

Respondeu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que a própria tem a certeza. -----

Continuou o Sr. Presidente, mencionando que muitas vezes o que importa são os atos, mas em termos políticos a posição é sempre essa. O que importa são os atos, não há dúvida nenhuma, e a Srª Vereadora concordará com o próprio que se deverá trabalhar, como já se fez, com a ARS – Administração Regional de Saúde, com o anterior presidente, que agora se demitiu, e não faz ideia quem vem a seguir ou se a demissão já foi aceite, mas, seja com quem for, colocar-se-á a possibilidade de encontrar outra solução. -----

A seu ver passa por aproveitar o antigo “Ninho de Empresas”, que hoje foi transformado para uma escola, pois o projeto já foi pensado para que, eventualmente, esse edifício possa ser reformulado para centro de saúde. Pensa que era muito importante, na medida em que, em termos de mobilidade, é uma melhor solução, e também requalifica, anima e dá outros aspetos, de segurança e tudo o mais, a um bairro que já foi complicado, mas que continua a ter alguns problemas, conseguindo-se através disso encontrar uma boa solução.-----

É nisso que se vai empenhar, e certamente a CDU e a Coligação Novo Rumo também o acompanharão. -----

É o que pode dizer, pensa que a solução não passa por paliativos, porque não há paliativos que valham. Todos os paliativos que se fizerem são caros, e



Deliberação nº _____

provavelmente desnecessários, já que a ideia tem de ser outra, e ser uma ideia de fundo. O centro de saúde foi para ali, cumpriu a sua obrigação, mas hoje se calhar tem que se pensar numa outra solução. -----

A

M

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
DOCUMENTO ENTREGUE AOS SRS. VEREADORES – RODOVIÁRIA DE LISBOA –
SITUAÇÃO DAS CARREIRAS 345 e 360 -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que os Srs. Vereadores têm nas suas pastas cópia de um “e-mail” enviado pela Rodoviária de Lisboa - RL, na sequência da reunião que se teve no dia 18 de dezembro, onde foi possível discutir uma série de matérias, nomeadamente as que tinham a ver principalmente com as questões de alteração do percurso e horários das carreiras 345 e 360, e foi possível encontrar uma solução que permita evitar o desgaste rápido do caminho entre escolas, que passa por essas carreiras transitarem no caminho entre escolas num determinado horário, correspondente aos picos de pessoas que chegam dos comboios, salvaguardando, nos restantes horários, que têm de deixar de passar naquela zona. -----

Houve também o compromisso de que a empresa vai ter de alterar a frota, com a aquisição de outro tipo de viaturas, para que seja, por um lado, mais confortável para os utentes, e também salvaguarde a manutenção daquele caminho que, como se sabe, teve um investimento bastante pesado, e não se queria que rapidamente ficasse deteriorado novamente. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU agradecem a informação que lhes foi disponibilizada, e de facto iriam colocar este assunto, que tem a ver com a carreira 345. Numa primeira análise, o que se pode concluir é que se tentou encontrar uma solução, mas resulta ainda assim em prejuízo, pelo menos, para os utentes que utilizam esta carreira com serviço a Arcena, passando pelo interior do Bom Sucesso. -----

Não obstante a retoma de circulação no interior do Bom Sucesso, no período designado entre as 17h00 e as 20h00, segundo se lê no memorando, de acordo com a RL há de facto um período de serviço fora dos períodos denominados de “horas de ponta” que tem uma utilização bastante significativa. Aliás, deve dizer que na opinião que têm a carreira 345, que serve Alverca em toda a sua extensão, em termos contínuos, de freguesia, é uma das mais utilizadas e solicitadas pelos utentes de transportes públicos rodoviários. -----

Portanto, estando o Bom Sucesso servido, felizmente, de equipamentos coletivos,

como sejam escolas, um centro de saúde, um comércio que ainda vai resistindo, e um outro conjunto de pequenas atividades económicas que são muito utilizadas pelos habitantes ou todos aqueles que, precisando delas, se deslocam até ao Bom Sucesso e Arcena, será de insistir com a Rodoviária de Lisboa para que esta situação seja resolvida, tal como sempre existiu. -----

A câmara municipal, em boa hora decidiu construir um corredor dedicado exclusivamente para serviço público, para transportes coletivos, fê-lo bem, resultou bem, e é isso que se espera que continue a ser garantido, no sentido da normalização de todo o trajeto e de todo o conjunto de horários que devem continuar a servir as respetivas populações.-----

Portanto, da parte dos membros da CDU continuarão sempre a exigir que a Rodoviária de Lisboa assuma também aquelas que são as suas responsabilidades no âmbito do contrato de concessão, que é garantir serviços públicos, a bem da mobilidade das populações. -----

No entanto, registam esta evolução entre as partes, que se encontraram.-----

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo, relativamente ao que foi a reunião que a câmara municipal teve com a Rodoviária de Lisboa, que se conseguiu, do seu ponto de vista, uma plataforma de entendimento interessante, ou seja, a exigência da monitorização do serviço que é prestado pela Rodoviária no concelho, com mais regularidade. Por isso, ficou o compromisso de que nada é alterado em termos de horários e percursos sem previamente ser comunicado à câmara municipal, o que não aconteceu com a carreira 345.-----

Depois, há o retomar dos horários a partir de 4 de janeiro, e todos os horários e percursos anteriores são retomados a partir de 4 de janeiro.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que é apenas para o período das 17h00 às 20h00. -----

Respondeu o Sr. Presidente que a única coisa, nesse sentido, é que, efetivamente, se permite a passagem dos autocarros de 70 lugares nesse período, por ali, mas de resto eles fazem o percurso que já faziam, dentro do percurso e do horário que estava. -----

Interrompeu de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo desculpa e referindo-se à leitura que os membros da CDU fazem do relatório ou memorando das



conclusões da reunião havida, ou dos compromissos da Rodoviária na sequência da reunião havida, que diz o seguinte: “utilizar o caminho entre escolas em Alverca, com passagem de viaturas de 70 lugares (portanto os vulgares autocarros utilizados para o efeito, para a carreira 345), no período entre as 17h00 e as 20h00”. Assim, a questão que se coloca é que entre o período das 13h00, ou 14h00, salvo erro, e as 17h00, os autocarros não circulam no interior do Bom Sucesso. -----

Respondeu o Sr. Presidente que circulam, e que há manutenção dos horários e percursos. -----

Continuou o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que então a única questão que se altera é a utilização do corredor, que está interdita entre as 13h00 e as 17h00. -----

Afirmou o Sr. Presidente que está interdita fora estes horários que estão. -----

Perguntou ainda o Sr. Vereador Nuno Libório se a Rodoviária dá garantia que, independentemente da utilização ou não do corredor BUS entre o Centro de Formação Profissional e a Escola Secundária Gago Coutinho, retoma a circulação no interior do Bom Sucesso. -----

Respondeu o Sr. Presidente que sim. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio novamente, mencionando que isso não está claro no memorando. -----

Respondeu o Sr. Presidente que confirma isso, e que ficou da reunião também uma manifestação, não propriamente uma exigência, de que a frota tem de ser alterada. -----

Crê que foi uma reunião positiva, dura, mas as coisas são como são. Tentou-se encontrar um ponto de entendimento, que é justamente o que os Srs. Vereadores têm na sua posse, que refere que poderá existir necessidade de fazer melhorias de percurso, horários, etc., e que a Rodoviária está disponível para analisar, de acordo com eventuais propostas da câmara municipal ou que cheguem à câmara municipal. -----

Foi uma reunião importante e produtiva, e a partir de 4 de janeiro tudo retoma ao normal, que é justamente quando se reiniciam as aulas. A Rodoviária também precisava de algum tempo para reformular os horários e o planeamento em termos de pessoal, não o poderia fazer mais cedo, ou teria mais dificuldade de o fazer



Fl. Livro _____

Fl. Ata 010

Reunião de 2015/12/30

Procº _____

Deliberação nº _____

mais cedo, neste período de férias do Natal e de Ano Novo, pelo que ficou combinado que começaria no reinício das aulas, dia 4 de janeiro. -----

Aquilo que pode dizer é que lhe parece que se encontrou a solução adequada, e pede ao Sr. Vereador António Oliveira para complementar, pois é quem tem estado mais em contacto com a Rodoviária, e pode ter mais algum pormenor.-----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, cumprimentando todos e referindo que pensa que o Sr. Presidente focou os pontos mais importantes e, como disse, a reunião não foi fácil, mas as reuniões não podem ser fáceis neste momento.-----

Assim, transmitiu-se à Rodoviária, conforme foi dito na última reunião, que executou um procedimento com o total desconhecimento da câmara municipal, e que teria de o retificar de imediato, e o imediato foi o dia 4, considerando a população estudantil que circula na zona, e no acesso também ao Bom Sucesso. Conta-se com todos, porque isso foi assumido, pensa-se que se está a lidar com pessoas de bem, e estar-se-á atento à circulação no Bom Sucesso, porque foi assumido pela Rodoviária que iria repor imediatamente, no dia 4, a situação que estava antes desta situação se verificar.-----

No entanto contar-se-á com a colaboração de todos, e se for verificada qualquer anomalia agradece que se faça chegar a informação à câmara municipal. Neste momento a sinalização está colocada, a permitir a circulação destas duas carreiras naquela via. Quem lá passar já o verifica, e ir-se-á acompanhar e monitorizar.-----

O Sr. Presidente também já referiu esta exigência da câmara municipal, que na área de concelho a situação não se volte mais a verificar, de alterações de circulação ou horários sem o prévio conhecimento da autarquia. Isto foi assumido, estar-se-á atento e acompanhar-se-á. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que há também ainda um circuito que está prejudicado, nomeadamente o que assegurava a ligação, para as crianças, para o interior da cidade de Alverca do Ribatejo. Assim, aquilo que os membros da CDU exortam é que a câmara municipal não abdique da sua capacidade de exigência, no sentido de pugnar para que a situação anterior seja reposta o mais rapidamente possível, incluindo todas as carreiras para além da 345, como é óbvio. No entanto, registam com agrado as alterações registadas, que resultaram de uma oposição forte dos utentes e da câmara municipal.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
COLOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – ILHAS
ECOLÓGICAS-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que está em desenvolvimento a colocação dos equipamentos enterrados de resíduos sólidos urbanos. É um processo que vai continuar no próximo ano e pensa que fica resolvido entre janeiro e fevereiro do próximo ano. -----

Já foram colocadas 13 cubas, e espera que, de facto, isso também contribua para melhorar o serviço de recolha, onde se tem feito um esforço bastante grande para melhorar a prestação. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionando, em relação às ilhas ecológicas, de que o Sr. Presidente falou, que ainda ontem teve oportunidade de passar nalgumas urbanizações onde as ilhas ecológicas estão colocadas, e aquilo que pôde observar é que existia muito lixo fora, no chão, ou porque a recolha não tem sido feita com a frequência desejada, ou então por deficiência naquilo que é o número de ilhas ecológicas.-----

Portanto, apela para que a recolha das ilhas ecológicas seja feita, até porque, se assim não acontecer, as pessoas depositam o lixo ao lado, e basta que haja um pouco de vento para que as ruas fiquem sujas, o que não é de toda uma imagem que se queira deste município.-----

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo que a câmara municipal tem feito um esforço enorme em termos de equipamentos, de admissão de pessoal e aquisição na renovação da frota de recolha, tendo a situação melhorado relativamente a 2012, 2013 e 2014.-----

Agora, há um fator que não se consegue revolver de maneira nenhuma se as pessoas não ajudarem, e dá o exemplo da notícia que viu na televisão, em que a Câmara Municipal de Lisboa solicitou aos munícipes que só colocassem os sacos de lixo no dia 26. No concelho também aconteceu a mesma coisa, pelo que há também este aspeto, são momentos em que as famílias estão em casa, que se produz mais lixo, e tem de haver da parte da população alguma ajuda, o que provavelmente também passa pela câmara municipal, com uma melhor informação. -----



Deliberação nº _____

Portanto, há também uma justiça a fazer a esses trabalhadores, que se empenharam e deram o seu melhor para que as coisas corressem o melhor possível. No seu ponto de vista, correram, tendo em vista a excecionalidade da situação. -----





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REQUALIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA DA ROTUNDA DOS COMBATENTES DA GRANDE
GUERRA - VIALONGA -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que foi concluída a requalificação paisagística da rotunda dos Combatentes da Grande Guerra, em Vialonga. Era uma questão que o executivo tinha no planeamento e foi agora concluída, num investimento de mais de 18 000,00€. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que o Sr. Presidente falou na requalificação da rotunda da variante, junto à rua dos Combatentes da Grande Guerra, e aproveita para referir que junto a essa rotunda existe uma rede de proteção entre a estrada e as vivendas, que está caída há muito tempo, e há relativamente pouco tempo houve ali um acidente. -----

Uma criança jogava à bola junto àquela zona, a bola foi para a variante, a criança foi atrás da bola, e a pessoa, para se desviar da criança foi bater numa estrutura, e poderia ter sido mais grave se não tivesse tido a capacidade de se desviar. -----

Já há algum tempo atrás os membros da CDU falaram sobre esta questão, e era de facto bom que se olhasse e colocasse ali uma proteção diferente. Sabem que são, nalguns casos, as próprias pessoas que danificam aquela rede para poderem utilizar o caminho em direção ao Pingo Doce, mas não lhes parece correto que aquilo continue assim, e era bom que se olhasse para esta situação. -----

Interveio no final o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que o procedimento está a decorrer para fazer toda a reparação daquela rede, não só da rede, como dos pilaretes que estão ali, de madeira, reparando-se aquela artéria. -----

-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 014

Reunião de 2015/12/30

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REQUALIFICAÇÃO DO CAMPO DE TÊNIS DA QUINTA DA PIEDADE – PÓVOA DE SANTA
IRIA-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que foi concluída a dinamização do complexo desportivo da Quinta da Piedade, através da requalificação do campo de ténis, no âmbito do orçamento participativo, uma obra que poderia ter sido concluída muito mais cedo, mas houve dificuldades dos pareceres favoráveis da Direção-Geral do Património e Cultura, o que nestas matérias nem sempre ajuda muito, e dificulta o bom seguimento das obras.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

Fl. Livro _____

Fl. Aça 015

Reunião de 2015/12/30

Procº _____

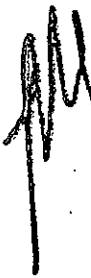
Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CANTO DAS JANEIRAS NOS PAÇOS DO MUNICÍPIO-----

Interveio o Sr. Presidente, deixando um convite, porque no dia 6, nos Paços do Município, como habitualmente, vêm algumas instituições presentear a câmara municipal com o canto das janeiras. -----

Este ano será um pouco mais cedo do que é habitual, é pelas 18h30, vêm alguns coros do concelho cantar as janeiras, como habitualmente, e convida, os que puderem, a estarem presentes.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CONCERTO DE ANO NOVO – SOCIEDADE FILARMÓNICA RECREIO ALVERQUENSE -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que na entrada do Ano Novo vai-se realizar um grande concerto, realizado este ano em parceria com a Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense. -----

Portanto, no dia 9 de janeiro, às 16h00, na SFRA, recebe-se o grande concerto de Ano Novo, com a atuação da respetiva banda filarmónica.-----

A



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
VOTOS DE BOM ANO -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que no fim da reunião vai desejar um bom ano, mas fica já esse desejo, de um excelente ano, e que seja um ano com esperança de se concretizarem todos os sonhos pessoais e também políticos. -----

Julga que se está numa fase interessante da democracia, e talvez isso seja um bom prenúncio para que, de facto, no ano de 2016, naquilo que diz respeito ao país, o desenvolvimento da democracia seja um desafio bastante promissor. Assim espera, pelo menos, e também que o Natal tenha corrido dentro das expectativas de cada um, que tenha sido sempre aquele momento da família, de convívio, e está certo que assim foi. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, renovando os votos de boas festas, em nome da bancada da CDU. Pessoalmente, deseja a todos os presentes que o ano de 2016 seja um ano diferente do ano de 2015, sendo que, independentemente das convicções, todos têm direito a uma vida feliz, direito a serem felizes, e precisam, de facto, de uma vida nova, que o novo ciclo político já começou. -----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, aproveitando para desejar um bom ano a todos os presentes, e certamente que comunga das palavras do Sr. Presidente, naquilo que disse, na esperança que 2016 traga de facto um futuro melhor do que aquilo que se tem vivido até agora. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, saudando todos os presentes, aproveitando também para desejar um 2016 repleto de coisas boas. -----

O Sr. Vereador Ernesto Ferreira tomou a palavra, cumprimentando os presentes, desejando também votos de um bom ano para todos. -----

Interveio no final o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes, referindo não querer deixar passar o momento para desejar umas boas entradas, e um bom ano para todos e respetivas famílias. -----

-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

INTERVENÇÃO NO ÂMBITO DO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO
HISTÓRICO DAS LINHAS DEFENSIVAS DE TORRES VEDRAS-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que foi dado a conhecer aos membros da CDU que, no âmbito do processo de requalificação do património histórico das Linhas Defensivas de Torres Vedras, houve uma intervenção em meados do verão de 2015, o presente ano, no Forte 118, um forte que faz fronteira entre a contígua antiga freguesia da Calhandriz e Alverca do Ribatejo, que ficou a meio.-----

Assim, gostariam de saber o que se passou, porque, de facto, não tem sentido que esse procedimento de desmatização, limpeza e preservação patrimonial tenha ficado a meio. Têm a informação, e aliás deliberou-se por um procedimento em reunião de câmara, uma adjudicação de serviço para fazer a limpeza, o desmonte do mato, e gostariam de saber o que aconteceu, pois a informação de que dispõem é que a obra ficou a meio.-----

Interveio no final o Sr. Presidente, dizendo que sobre o património histórico, do Forte 118, quando o Sr. Vice-Presidente regressar falará sobre a matéria.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que a informação que deram ao Sr. Vereador Nuno Libório não é a correta. A desmatização que é feita nos fortes é feita em dois momentos do ano, para duas partes distintas. A parte nuclear dos fortes é desmatada por estas alturas de início de inverno, e aliás já foi, foi isso que provavelmente terão dito ao Sr. Vereador, e a parte externa é intervencionada no mês de fevereiro, tendo a ver com o tipo de piso em causa e o tipo da matéria vegetal que também se encontra nos fortes, que tem esta especificidade. Portanto, está a ser feita exatamente como está combinada, como é tecnicamente correto, e é isso que está em curso, e acontecerá na fase adequada. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo desculpa e perguntando se segue agora o interior. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que é o exterior. Foi feita a parte nuclear do forte, e depois a parte exterior é feita, normalmente, em fevereiro.-----

Interveio depois o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que mesmo agora fez uma chamada telefónica com habitantes da Calhandriz, que lhe confirmaram que a



Reunião de 2015/12/30

Deliberação nº _____

Confirma que voltou a receber a informação há escassos segundos, que no interior do forte a limpeza não se deu por concluída, sem prejuízo da explicação que o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira deu sobre esta matéria. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PROBLEMAS DE DRENAGEM NO ESTACIONAMENTO A TARDOZ DA ESCOLA PEDRO
JACQUES DE MAGALHÃES – ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU tiveram conhecimento, e os últimos dias, felizmente, não têm sido de ocorrência de elevada precipitação, que naquele estacionamento entre escolas, em Alverca do Ribatejo, que foi desenvolvido no âmbito do projeto do Orçamento Participativo, poderá haver alguns problemas de drenagem. Aliás, chegou-lhes a informação de que há uma drenagem deficiente desse mesmo parque, do novo.-----

Interrompeu o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador falou entre escolas, mas é o estacionamento que fica a tardoz da escola Pedro Jacques de Magalhães.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador, mencionando que é exatamente assim, e da parte da CDU, como é óbvio, nada há a obstar contra a existência daquele parque. -----

Interveio novamente o Sr. Presidente, para fazer uma correção, a de que não foi através do Orçamento Participativo. -----

Continuou o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo desculpa, mas dizendo que os membros da CDU tinham essa perceção. De qualquer forma, gostariam que a câmara municipal informasse, porque visualmente o que lhes chegou através de fotografias foram imagens de que há acumulação de águas pluviais com mais de 10cm.-----

Não é normal que assim seja, no âmbito de uma obra recentemente construída e, por outro lado, tendo em conta as características de drenagem do próprio local, a ser verdade o que lhes foi dado a conhecer, deveria exigir da câmara municipal uma urgente e imediata reparação. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, aproveitando para relembrar que efetivamente, quanto ao tema do estacionamento, o Sr. Vereador Nuno Libório fez questão de reafirmar, mas pelos vistos também não está atento, porque essa questão foi colocada pelos membros da Coligação Novo Rumo na última reunião, e o Sr. Presidente disse que a obra tinha sido feita, a drenagem não estava correta, estranhava como é que não está correta, e iria fazer o seu reconhecimento e ver o que é que efetivamente correu mal. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
CAMINHO PEDONAL DO BOM SUCESSO – ACESSO AO CENTRO DE SAÚDE –
ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que não é pelos membros da CDU se lembrarem de vez em quando de falar do caminho pedonal do Bom Sucesso, mas querem recordar que quando o centro de saúde de Arcena foi construído, no âmbito de um envolvimento direto da câmara municipal com o então Ministério da Saúde, que pressupôs a deslocalização desse equipamento de referência de saúde para a localidade do Bom Sucesso, houve o compromisso de todas as partes que seriam garantidas acessibilidades.-----

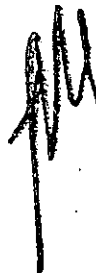
Uma já está posta em causa, a da acessibilidade rodoviária, parcialmente, como é óbvio, e quanto à pedonal, o caminho pedonal que assegura aquela ligação entre o vale de Arcena, Vale Doutor, e a parte alta do Bom Sucesso, junto aos depósitos dos SMAS, é um caminho que precisa de ser permanentemente mantido. -----

Assim, até colocam uma sugestão: Porque não a câmara municipal, sob um método construtivo simples, barato e já agora eficaz, na medida das disponibilidades orçamentais, não aplica ali uma situação de lajetas, tipo percurso pedonal como se tem vindo a aplicar noutras tantas ou idênticas situações? -----

O que se passa é que com chuva torna-se um lamaçal, e no verão torna-se um “poeiral” autêntico. É um caminho que precisa de ser mantido de outra maneira, e fica o apelo para que a câmara municipal fique sensibilizada para o efeito. -----

Interveio no final o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que tanto o Sr. Presidente como o próprio, e os serviços, fizeram há uns tempos uma visita ao local, constatou-se aquilo que o Sr. Vereador Nuno Libório apresentou, e os serviços delinearam uma proposta. Já foi dado o seguimento a esse procedimento, de efetuar ali a colocação, em determinadas zonas, de corrimão, enquadrado com aquela zona urbanística, em madeira, e fazer uma beneficiação do piso em vários patamares, para facilitar, na medida do que é possível, o acesso ao centro de saúde. -----

Está o procedimento em andamento, e logo que esteja concluído iniciar-se-ão as obras.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – DISTRIBUIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, perguntando como está a questão da distribuição dos instrumentos que, quer a banda dos bombeiros da Póvoa de Santa Iria, quer a Orquestra de Vialonga, por terem sido as soluções mais votadas no Orçamento Participativo, passaram a ter direito. -----

Está-se no dia 30 de dezembro de 2015, era suposto que os instrumentos fossem entregues a estas duas instituições ou associações até ao final deste ano, e pergunta se, de facto, os instrumentos já foram distribuídos, e, se não foram, quando é que se perspectiva essa entrega. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que julga saber que está em fase de resolução a questão dos instrumentos da banda dos bombeiros da Póvoa de Santa Iria, mas gostaria de saber o ponto de situação também da orquestra de Vialonga. -----

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vice-Presidente já falará sobre os instrumentos. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a entrega dos instrumentos será feita no início de 2016, nos concertos que se forem organizar de início de ano. Já se têm praticamente os instrumentos, e a entrega será feita dentro de um contexto cultural. No caso da Orquestra de Vialonga já está combinado, e no caso da orquestra da Póvoa de Santa Iria haverá de se combinar também o dia em que a entrega é feita, conforme é habitual. -----

Crê que é uma excelente iniciativa, que vai dar um apoio suplementar a estas duas estruturas, e espera também que dê origem a muitos mais espetáculos. O que todos pretendem é que haja cada vez mais espetáculos, correspondendo aliás ao que tem vindo a acontecer no concelho nos últimos anos, como se sabe. -----

A



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
CONCERTOS DA ORQUESTRA GERAÇÃO-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, aproveitando para terminar a sua intervenção com uma proposta que parece aos membros da CDU interessante. -----

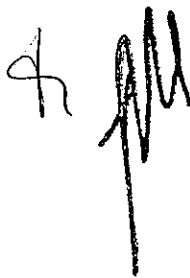
A Orquestra Geração é uma orquestra que engloba várias orquestras de vários concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, e numa reunião em que teve oportunidade de estar, enquanto encarregada de educação, foi colocada uma questão que lhe parece oportuna. Olhando para a agenda desta orquestra pode-se ver que vai realizar concertos nos concelhos de Amadora, Loures, Setúbal e Lisboa, mas não há nenhum perspetivado para o concelho de Vila Franca de Xira. -----

Portanto, gostaria de saber se a câmara municipal não pode propor a esta orquestra, a Orquestra Geração, um concerto nos mesmos moldes em que vai ser realizado nos outros concelhos onde existe este projeto. Como se sabe, há cerca de 300 crianças no concelho a participar neste projeto de integração, que leva o nome do concelho de Vila Franca de Xira a salas como a Gulbenkian, Casa da Música, Theatro Circo de Braga e Aula Magna, como se teve oportunidade, já em tempos, de assistir.-----

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo que a Orquestra Geração do concelho tem feito muitos concertos no concelho, e inclusivamente convida a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, no dia 16 de janeiro, a estar na SFRA – Sociedade Filarmónica Recreio Alverquense, pois a Orquestra Geração vai lá fazer um concerto de Ano Novo. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que o que vai acontecer no dia 16 de janeiro é a Orquestra de Vialonga, que faz parte da Orquestra Geração, mas não estão a falar da mesma coisa. A Orquestra Geração engloba todas as orquestras da Área Metropolitana de Lisboa, e aquilo que vai acontecer no dia 16 de janeiro à noite é apenas a Orquestra de Vialonga. -----

Interveio novamente o Sr. Presidente, referindo que então retifica, julgou que a Srª Vereadora se estava a referir só localmente, e localmente a Orquestra Geração do concelho tem feito muitos concertos. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – RUA LUÍS DE CAMÕES, RUA 1º DE
DEZEMBRO E TRAVESSA DO ARAÚJO – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se à zona da rua Luís de Camões, rua 1º de Dezembro, e travessa do Araújo, em Vila Franca de Xira, e à recolha dos resíduos sólidos urbanos, dizendo que certamente o Sr. Presidente deve estar lembrado que ainda decorriam as obras na rua Luís de Camões, e por mera casualidade o Sr. Vereador Nuno Libório e o próprio encontraram o Sr. Presidente e o Sr. Vereador António Oliveira, próximo das obras. Foi mesmo coincidência, poder-se-á não acreditar, mas foi, e já há bastante tempo, sendo que depois falou-se com os moradores, por causa da ilha ecológica que se queria pôr na travessa do Araújo, e ficou-se de analisar que seria uma ilha ecológica na rua 1º de Dezembro. -----

Já passou uma série de tempo, e como há implementação de ilhas ecológicas, os membros da CDU gostariam de saber para quando, ou se vai ser implementada essa ilha ecológica na rua 1º de Dezembro. -----

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo que esta questão da ilha ecológica vai ser resolvida, não no âmbito das ilhas que estão previstas no planeamento, mas numa aquisição adicional. Já percebeu que as pessoas se habituaram, e isso tudo se conjugou, e com aquela conversa que se teve traçou-se um plano, que se pensa cumprir o mais depressa possível. -----

-----

A

AM

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PARTÍCULAS EM SUSPENSÃO DA CIMPOR - ALHANDRA -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se às partículas em suspensão, da Cimpor, em Alhandra, dizendo que, como todos sabem, a situação do mês de novembro agravou-se em relação ao mês de outubro, e em todas as estações de medição foram ultrapassados os limites da lei, no dia 30 de novembro, e inclusivamente na estação das piscinas, também no dia 20.-----

Os membros da CDU gostariam de saber se já foram detetadas as razões do acontecimento, e também, numa reunião de câmara, o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, salvo erro, disse que ia ser pedida uma reunião da comissão de acompanhamento, com a Cimpor, a câmara municipal e a comissão de ambiente da assembleia municipal. Gostariam de saber se já se realizou, e, se se realizou, quais foram as conclusões.-----

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vice-Presidente falará sobre as partículas em suspensão e a qualidade do ar.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que houve, conforme disse em reunião de câmara, uma reunião da comissão de acompanhamento ambiental de Alhandra, e não se recorda se a CDU esteve presente, com o seu representante da assembleia, não tem memória disso. Genericamente, o que foi averiguado é que a câmara municipal tinha oficiado a Cimpor, colocando questões relativamente às queixas que se tinham, e a resposta não foi evidente, no sentido de que as queixas existem e a análise por parte da Cimpor não pode ser sistematicamente remetida para outros fatores exteriores à fábrica. -----

Não se põe em causa que o crescimento negativo das leituras feitas pela rede de medição de partículas não diga exclusivamente respeito à Cimpor, todos sabem que aquele sistema “agarra”, no fundo, todas as partículas que existirem na atmosfera, e não vêm todas da Cimpor, mas virá uma parte significativa da Cimpor, até porque as queixas das pessoas que vivem em Alhandra, e das empresas instaladas em Alhandra, que não têm propriamente interesse em inventar essas queixas, têm chegado à junta de freguesia e ao conhecimento da câmara municipal. -----

Portanto, na reunião da comissão de acompanhamento ambiental ficou definido



que se iria mais uma vez apresentar uma queixa junto da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, e colocar umas questões mais técnicas à própria Cimpor, uma vez que há dados da manutenção regular dos sistemas de filtragem dos resíduos de que a comissão e câmara municipal não têm conhecimento, nem conseguem lê-los dos relatórios ambientais anuais que são dados. -----

Ir-se-ão colocar estas questões mais detalhadas, de modo a se poder ter uma resposta mais específica, que permita perceber esta questão: Afinal, se a produção aparentemente é mais baixa do que já foi, e se o processo produtivo é neste momento menor do que já foi, porque é que as pessoas se estão a queixar mais? --- Deu-se conta também, na comissão, das queixas existentes relativamente à Cimpor no ano passado, sobre as quais se tomou posição na câmara municipal, na comissão de acompanhamento ambiental e na própria junta de freguesia, aliás foram todos em consonância, e o ano passado foi identificada a causa, que era o carregamento das barcaças, que não era eficiente sob o ponto de vista da não libertação de partículas. Identificou-se a causa, a Cimpor, de certo modo, atacou essa causa e encontrou algumas soluções na sua metodologia de carregamento, que fez esbater os problemas existentes, pelo que durante uns meses a questão estava melhor. -----

Neste momento não se consegue encontrar uma causa tão evidente, o que para a comissão é estranho, e é nesse sentido que se está a trabalhar, e ir-se-á, logo no início do ano, solicitar à APA que intervenha diretamente no processo, uma vez que a câmara municipal, a comissão e mesmo a junta de freguesia, não têm competência dentro dos processos produtivos e de filtragem do ar da fábrica. -----

Gostaria pois de dar conta da situação, que corresponde um pouco ao que já tinha referido da última vez em que a questão foi levantada, crê que na reunião de A-dos-Loucos, mas há estes dados suplementares, até porque no âmbito da comissão de acompanhamento ambiental há pessoas que são técnicas destas áreas, que alertaram para esta possibilidade do processo de filtragem do ar poder não estar a ser devidamente feito, apesar de, formalmente, parecer que está. -----

Mantém-se um elevado nível de preocupação sobre esta matéria, e considera-se ser absolutamente inadmissível que a Cimpor esteja a causar prejuízos ambientais às pessoas, e a Alhandra muito em particular. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

LAVAGEM DE CONTENTORES -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, dizendo que gostaria de colocar uma questão que pensa já tem sido falada, sobre a lavagem dos contentores, referindo que dá a ideia, do ponto de vista dos membros da CDU, daquilo que lhes chegou, e tiveram oportunidade de verificar, que nos vários locais por onde passaram, e é comum ao concelho todo, as últimas lavagens que aparecem nos contentores são de junho, e está-se a falar em 6 meses. -----

Existiam alguns problemas, mas ter-se-á de entender que não é admissível. Dir-se-á que os sacos deveriam ir fechados para dentro dos contentores, mas sabe-se que alguns não vão, que alguns se rompem, e há de facto alguns que têm cheiro nauseabundo. -----

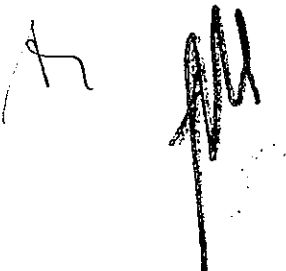
São 6 meses, pelo menos do que estão lá a ver, na etiquetagem que está colocada nos contentores, da última lavagem, aparece em quase todos "junho de 2015". -----
Portanto, gostariam de saber o que se passa, se está previsto, e pensa que pelo menos dever-se-á ter conhecimento, bem como o que se pensa fazer para rapidamente se ultrapassar esta situação. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, mencionando que não faz sentido estar a falar na questão da lavagem dos contentores, porque esse, de facto, é um tema trazido pela outra bancada constantemente, e é um assunto que já nem merece mais considerandos. -----

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vice-Presidente falará sobre a lavagem dos contentores. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que se tem vindo, todas as reuniões de câmara, a falar sobre a matéria, e a lavagem dos contentores tem estado a ser feita internamente, até com recurso ao apoio dos SMAS, e o que não tem acontecido é a troca do autocolante. O autocolante era feito pela empresa que fazia as lavagens, não é o caso da câmara municipal, e por acaso já foram dadas indicações no sentido de que, quando se fizerem as lavagens, se possa retirar esse autocolante. -----

O processo de contratação deste serviço tem sido complicado sob o ponto de vista administrativo, e quem estuda estas matérias da contratação pública sabe que às



empresas neste momento é mais rentável ter um bom advogado do que bons engenheiros, porque tudo se passa nos processos de contratação pública, o que, sob o ponto de vista do serviço final, depois é muito complicado de garantir.-----
Conta que este assunto fique completamente tratado e resolvido a partir de 2016, de qualquer das maneiras essas lavagens têm sido feitas, o que acontece, de facto, é que não se tem estado a retirar esses autocolantes, mas isso será feito. -----
Quanto aos sítios de que entretanto os Srs. Vereadores tiveram conhecimento, está-se a falar de cerca de 4 000 contentores, e é natural que nestes 4 000 haja situações em que sejam necessárias lavagens suplementares, até porque o tipo de coisas que lá se põe não é sempre o mesmo. Não pode deixar de dizer, porque é verdade e tem um efeito no conjunto dos processos de recolha, que a legislação que saiu relativamente à questão dos sacos de plásticos veio fazer com que muita gente deixasse de embalar os seus resíduos sólidos urbanos, nomeadamente a parte do lixo propriamente dita. Isso tem um efeito imediato na conservação dos próprios contentores ou ilhas ecológicas, e do ambiente em geral. Tudo tem o reverso da medalha, esta medida tem coisas positivas, e algumas negativas, relativamente às quais é preciso, sobretudo, dar mais formação cívica. -----
Como última referência, os Srs. Vereadores ter-se-ão dado conta que no âmbito do boletim da câmara municipal vem sempre uma parte relativa à problemática ambiental e ao comportamento cívico, que será reforçada, porque, efetivamente, há muita coisa que todos, enquanto cidadãos, podem fazer melhor. Não custa muito, mas a verdade é que, ao não se fazer, isso cria um problema ao conjunto da comunidade.-----
Dá dois exemplos, um é o facto de não se embalarem os resíduos sólidos urbanos, que era uma coisa simples de fazer se cada um a fizesse dentro de sua casa. Um outro é uma coisa que acontece, infelizmente, imenso, no concelho, e em todos, não é exclusivo deste, o facto de as pessoas estacionarem o carro em frente aos contentores ou às ilhas, o que significa logo que o camião não consegue fazer o despejo daqueles contentores. Isto acontece todos os dias e todas as noites pelo concelho todo, e depois a “volta” acaba por deixar algumas ilhas ou contentores por recolher, porque não é fisicamente possível fazê-lo, e quando lá se volta é claro que a situação também está pior.-----

Um último exemplo, que também é de comportamento cívico muito fácil, que se verifica todos os dias e noites junto às ilhas é, muitas vezes, as pessoas não se darem sequer ao trabalho de abrir a ilha ou o contentor e porem lá um saco. Neste sentido, basta haver um saco fora do contentor, e o contentor está vazio, ou pelo menos tem espaço, mas visualmente há um saco de fora, e a pessoa que vem a seguir deixa logo o saco ali. Este é um comportamento cívico, é uma reação imediata, normal e natural nas pessoas, que tem logo um efeito péssimo, porque se houver depois rompimento dos sacos é uma grande complicação, mas obrigará certamente a que todos façam um esforço, que é o de abrir a ilha ou o contentor, e verificar se tem espaço.-----

Quando não tem, a câmara municipal tem um número verde, que é gratuito para as pessoas, está no "site", e há também os "e-mails", devendo o próprio dizer que já muitos cidadãos, quando verificam estas questões, mandam um "e-mail" para a Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público, e mesmo que não esteja dentro do circuito normal fica-se logo com essa indicação e procura-se dar resposta. Assim, as coisas também têm que ser muito interativas com as pessoas. -
Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo que, a ser assim, pensa que deviam ser removidas as etiquetas. Os membros da CDU sabem as dificuldades que existem, mas o próprio questiona: Se o município tem estado a realizar estas lavagens, qual é a razão de se externalizar este serviço? Questiona ainda se não seria de adquirir equipamento capaz e um quadro de pessoal adequado para fazer este trabalho bem feito. Não sabe se haverá tempo ou não, mas esta deveria ser uma questão a ser colocada.-----

Apesar de tudo o que disseram, estão de acordo com quase tudo aquilo que o Sr. Vice-Presidente disse, e em relação ao resto pensa que a câmara municipal, e quem gere estes serviços, tem de criar condições para que seja bem tratado, apelando, em termos cívicos, para que haja um maior cuidado na recolha e limpeza, quer destes materiais ou outros, da separação dos resíduos, plástico, papel e vidro.-----

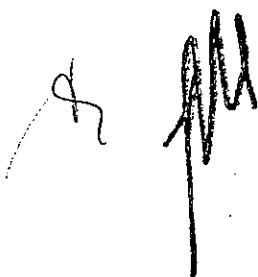
Em relação aos contentores, sabem que a questão que foi levantada, dos plásticos, em alguns casos o que veio trazer foi o deitar para dentro do contentor livremente todo o tipo de lixo, mas não inibe que o trabalho se tenha de fazer, até porque



Reunião de 2015/12/30

Deliberação nº

Todos passam por determinadas ilhas ecológicas, e vêem que as pessoas às vezes enfiam as caixas de cartão inteiras, sendo que, se uma caixa for introduzida inteira na cuba, e se não houver da parte da pessoa a preocupação de a desmanchar, é complicado.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

BUNGALOWS DO PARQUE DE CAMPISMO DE VILA FRANCA DE XIRA -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, cumprimentando todos os presentes, referindo que pretende falar e questionar sobre um assunto que já tem vindo a ser levantado pelos membros da Coligação Novo Rumo ao longo de vários anos, que no último ano voltaram a fazer referência por várias vezes, que é a dos “bungalows” do parque de campismo de Vila Franca de Xira, sobretudo no que respeita ao seu estado de manutenção e conservação. -----

Questionaram várias vezes para quando a sua colocação ao dispor da população, que é para isso que eles ali estão certamente. Foram obtendo algumas respostas ao longo deste ano por parte do executivo e, nomeadamente, pode referir e relembrar que em março o Sr. Vereador António Félix, em resposta à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, informou que tinham sido objeto de remodelação na totalidade, nomeadamente os balneários do parque de campismo, onde foi gasta uma verba significativa, e estava a ser avaliada toda a zona onde estão incluídos os “bungalows”, pois não é só a recuperação, é toda a zona envolvente. -----

O Sr. Vereador informou ainda que o custo financeiro era de facto algo avultado, e que concordava perfeitamente com a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus nesta matéria, e achava que efetivamente o dinheiro gasto era para servir a população. -- Em abril o Sr. Vice-Presidente, Fernando Paulo Ferreira, também informou sobre a situação, no âmbito do tema da tabela de taxas, e referiu que era importante que os “bungalows” estivessem operacionais, e que tinha tido até oportunidade de estar na altura em conversa com o Sr. Presidente da Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo, informando que esta opção era para o turista que gostaria de passar por Portugal, nomeadamente pelo concelho, pelo que seria de todo importante estarem os “bungalows” ao serviço da população. -----

Em maio tiveram a resposta do Sr. Presidente, que informou que ia avançar com a dinamização dos “bungalows”, que iam ser feitas as ligações que seriam necessárias e apetrechados do que é necessário para que, efetivamente, as instalações possam ter a disponibilidade de servir quem procura o parque de campismo. -----

Mais recentemente tiveram oportunidade, de facto, de o visitar, e têm um conjunto

Ah



de fotografias que certamente elucidam todos de como é que realmente se encontram os “bungalows”, como realmente se encontra o parque de campismo, como realmente se encontram os chuveiros, como realmente se encontram as instalações sanitárias, como realmente se encontra o estado do relvado, ou como realmente se encontram, por exemplo, as balizas ou parques de estacionamento.--- É de facto uma panóplia interessante.-----

Interrompeu o Sr. Presidente, mencionando que é vasta.-----

Continuou a Srª Vereadora, referindo que é vasta, é de facto uma “área brutal”, muito difícil, certamente, de gerir, e as fotografias são exemplo disso mesmo.-----

Portanto, a questão que colocam é para quando efetivamente estarão disponíveis, já para não falar que o estado de degradação é grande, nomeadamente das piscinas exteriores, que nunca foram objeto de intervenção, e do perigo que existe, porque há crianças que utilizam aquele espaço. Há lá balizas, qualquer criança se pode pendurar nelas e depois não sabe quem será o responsável. -----

De facto, considera que é tão interessante, e as fotografias são tão elucidativas, que se o Sr. Presidente efetivamente quiser dar uma “olhadela”, mostra-lhe, para ver como é que realmente as coisas se encontram, desde bidons, e é surreal. Fica chocada e questiona como é possível fazer-se tanta propaganda de uma coisa e na realidade as coisas serem exatamente o oposto daquilo que o Sr. Presidente e o executivo têm vindo a informar.-----

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo que a câmara municipal não esteve parada, ou seja, tem um relatório extenso, como extensa foi a apresentação da Srª Vereadora, porque as coisas eram muitas. Não é porque fosse extenso o que disse, é porque as matérias eram muitas. Neste momento tem-se um orçamento onde se vai priorizar, na medida em que é elevado. -----

Tentar-se-á ver o que é possível fazer internamente, alguns trabalhos podem ser feitos internamente, outros vão ser feitos externamente, através de empreitadas, para que o parque de campismo tenha outra possibilidade de oferta que não tem hoje.-----

Muito já foi feito em termos de requalificação, principalmente nos balneários, mas muito há para fazer, e espera que o ano de 2016 possa ser o ano em que, de facto, se possa desenvolver ali um bom trabalho e atrair mais pessoas, principalmente na



Deliberação nº _____

área desportiva, de equipas que fazem treinos, estágios, que os poderiam fazer na piscina se tivessem agregado a isso um serviço de acolhimento, que pode ser justamente o dos bungalows, quando estiverem todos prontos.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PARQUES INFANTIS -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo-se à questão dos parques infantis, dizendo que é um tema recorrente, e os membros da Coligação Novo Rumo têm vindo a abordar a situação, nomeadamente dos espaços de recreio da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, que têm sido alvo de constantes danos, causados por desconhecidos. São constantemente vandalizados e objeto de vandalismo, e em 2016 há 7 000,00€ para a manutenção nas intervenções de fundo, que custarão muito mais. -----

Este tema também foi levantado por um munícipe na passada assembleia de freguesia, o Sr. Presidente da junta, Sr. Jorge Ribeiro, referiu que era inadmissível, e que se poderia, eventualmente, considerar que seria desmantelado. -----

Não percebem, mais uma vez, pois há um contrato interadministrativo e há verbas que são elevadíssimas. Não se compreende como é que, por exemplo, foi considerada, no contrato interadministrativo, no âmbito dos parques infantis, a verba de 13 930,00€, e fosse referido pelo Sr. Presidente da junta, Sr. Jorge Ribeiro, que estava a pensar gastar cerca de 7 000,00€. -----

De acordo com os relatórios de que dispõem na execução deste contrato, nomeadamente o período de 1 de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2015, e não têm ainda do ano de 2015, que certamente se está a elaborar, puderam constatar, especificamente, quanto à distribuição de gastos nos espaços de jogos e recreio, que o maior gasto não foi com o equipamento ou materiais, mas sim com vencimentos. -----

Às vezes a matemática dá jeito precisamente para isto, e quanto aos valores dos acordos de execução assinados em abril de 2014, o de Alverca do Ribatejo foi de 663 000,00€, e o da Póvoa de Santa Iria foi de 636 000,00€. Nas outras juntas a despesa não é tão elevada, mas, a somar a estes valores, e só considera os mais elevados, em Alverca crescem 230 000,00€ e na Póvoa cerca de 159 000,00€, dando um valor aproximado, em Alverca, de 894 000,00€, e na Póvoa, de cerca de 795 000,00€. -----

Para se ter uma ideia do impacto nos orçamentos das respetivas juntas de freguesia, está-se a falar de mais ou menos 51% no que respeita ao orçamento de



Deliberação nº _____

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo que quando estiverem presentes os acordos de execução e contratos interadministrativos haverá ocasião de falar, e se calhar tomar algumas decisões que são necessárias tomar. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ATAQUE DO GOVERNO À CULTURA TAUROMÁQUICA EM PORTUGAL -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, dizendo que gostaria de levantar alguns assuntos nesta reunião, e terminar com uma declaração. -----

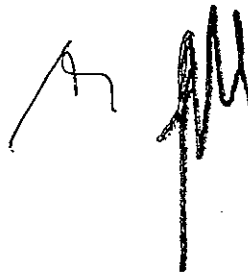
O primeiro tem a ver com a tauromaquia, até porque se está em Vila Franca de Xira, sede do município, e ponto marcante da cultura e da cultura tauromáquica no concelho e região, e o que diz é que não deixa de ser interessante que das primeiras intervenções que o atual Governo fez na Assembleia da República fosse um ataque à cultura tauromáquica em Portugal. -----

Considera que não deixa de ser interessante, porque não é preciso gostar, o que não é preciso é, não gostando, ou sendo indiferente, não ter respeito por quem defende essa tradição, por quem vive nesses lugares ou quem gosta, e por quem quer estimular os seus filhos, amigos e conhecidos a gostarem desta cultura, que é sua. -----

Estranha que o atual Sr. Primeiro-Ministro tenha cedido, por meros interesses eleitorais, e meros interesses do seu umbigo, a um grupo ultraminoritário, com um representante no Parlamento, à tentativa de acabar com a festa dos touros e com a tauromaquia em particular. É estranho, e é estranho que uma determinada esquerda, a começar pelo Partido Socialista, que tem dito tantas vezes que não se mistura política com tauromaquia, que não se mistura política com cultura, venha agora fazer um silêncio sobre estas discussões e matérias. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo verão, nos próximos tempos, o que vai acontecer, e como é que se posicionam ao longo dos tempos alguns dos ilustres vila-franquenses, que se dizem grandes defensores da cultura dos touros e da festa brava. Para os mesmos, para si em particular, e para aquilo que representa, não querem impor nada a ninguém, mas também não gostam que lhes imponham aquilo que particularmente não gostam, não querem ou não aceitam. -----

Não lhes perguntam se querem pagar para algumas das áreas em Portugal, não lhes perguntam se querem pagar para o setor X ou setor Y, “agarram”, lançam um imposto, e obrigam-nos a pagar. Portanto, o que esperam é que o Governo, neste caso em particular, tenha o respeito pela tradição e cultura taurina em Portugal,



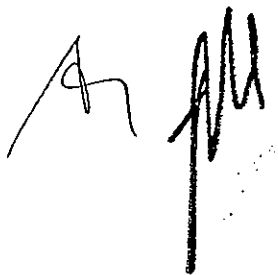
respeite quem goste, respeite uma cultura que está para lá dos partidos políticos e de alguns representantes, que está com o povo, e ao povo deve ser devolvida. ----- Não têm medo que o povo decida, nem têm medo que as autarquias tenham poder, só esperam é que se tenha o mesmo argumento para a tauromaquia como para outras situações em particular. Só esperam é que os mesmos protagonistas que acham que o povo deve ser consultado, e deve, perguntem ao povo sobre outras matérias, que muitas vezes são tratadas como “vacas sagradas”. Não têm medo do povo, nenhum medo do povo, e dever-se-á é estimular e apoiar a cultura tauromáquica no concelho, na região e no país. -----

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo que não pode estar mais de acordo com aquilo que o Sr. Vereador Rui Rei referiu, e irá enviar ao Sr. Primeiro-Ministro um ofício dizendo, por um lado, que a cultura tauromáquica é absolutamente importante para o país, em particular para Vila Franca de Xira, e não “passa pela cabeça” da câmara municipal que a lei seja alterada, e que essa responsabilidade passe para os municípios. -----

Aquilo que vai dizer ao Sr. Primeiro-Ministro é que a lei, tal como está, está bem, não tem que ser alterada, porque refere que não cabe aos municípios ter touradas ou não. Se o Sr. Vereador bem se recorda, Viana do Castelo tomou uma posição dessas e o tribunal não lhe veio dar razão, porque a lei o que diz é que essa é uma matéria específica, que não é da competência dos municípios. -----

Os municípios, a seu ver, devem fazer aquilo que lhes compete, que é divulgar, promover as suas tradições, neste caso ligadas à tauromaquia, e pensa que o Sr. Primeiro-Ministro provavelmente terá outras matérias mais importantes que esta. É o que lhe vai referir em ofício que enviará, não dito desta forma, naturalmente, mas nas entrelinhas dirá que as questões devem ser tratadas como foram até aqui. Há uma lei, e há, salvo erro, duas exceções, em Barrancos e um outro sítio que não se recorda, mas isto não tem nada a ver com o facto de agora passar para os municípios a responsabilidade de, eventualmente, fazer referendos. Podem-se fazer referendos de muita coisa, mas sobre a tauromaquia não lhe parece. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que o Sr. Primeiro-Ministro, se fosse na função anterior, de presidente da Câmara Municipal de Lisboa, teria toda a legitimidade para falar dos referendos, que não o fez na Câmara Municipal de



Lisboa.-----

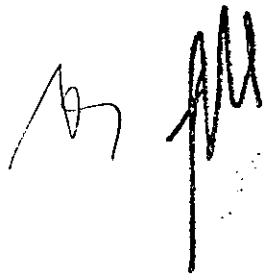
Interrompeu o Sr. Presidente, pedindo desculpa, mas referindo que hoje em dia o Campo Pequeno é uma das grandes atrações turísticas de Lisboa, e até nesse aspeto terá pouco sentido. Se é dos apreciadores, dos aficionados puros e duros, o facto é que os turistas deliram com aquilo. -----

Continuou o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que sim, claramente, mas queria só dizer, até porque é uma matéria importante, que se deveria avaliar, e pessoalmente não tem nenhum problema que os autarcas tenham mais responsabilidades, incluindo na festa, mas não que impliquem a alteração da lei, no sentido de proibir ou autorizar, e é esta a sua questão.-----

Nesta câmara municipal, e nos debates que foram sendo feitos, quer na Semana da Cultura Tauromáquica, quer noutras áreas, foi por diversas vezes defendido que as autarquias deviam ter mais poder, e a sua divergência com o Sr. Primeiro-Ministro não tem a ver com mais ou menos poder aos autarcas. É um autarca, não se considera menor face a um deputado, a um secretário de Estado ou um ministro, tem tanta capacidade como qualquer um dos outros. Quer dizer com isto que não aceita que seja a teoria de “sacudir a água do capote”, mas aceita que Vila Franca de Xira possa decidir que quer ter corridas de touros de morte, por exemplo. Recorda-se perfeitamente quando foi da questão de Barrancos, que em reunião de câmara foi discutido e dito, por muito boa gente, incluindo a ex-presidente de câmara, que era fundamental que as autarquias tivessem poder para poder autorizar as corridas de touros de morte. -----

Assim, a sua questão não é o poder aos autarcas, não partilha nada com isso. Os autarcas são homens e mulheres tão capazes como qualquer um dos outros, e devem ter mais responsabilidades. Está de acordo com isso, não devem é ter o ónus da forma como a coisa foi colocada. -----

Não vem mal ao mundo que os autarcas possam decidir ou dar autorização, em concelhos como Vila Franca de Xira, que deixe de estar na alçada do IGAC – Inspeção-Geral das Atividades Culturais, e passe a estar na alçada da câmara municipal dizer: “eu autorizo na Palha Blanco corridas de touros de morte”. Está absolutamente de acordo com isso, porque é a diferença local. Agora, se se querem fazer referendos, há coisas que também quer referendar. É esta a questão,



e só queria clarificar.-----

Agora está a ser ainda mais cauteloso, porque a sua divergência não é porque o Dr. António Costa é do Partido Socialista e tem a companhia do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista. Não tem nada a ver com isso, até porque o Partido Comunista, na câmara municipal, teve, aparentemente, e continua a ter, uma posição ligeiramente diferente do Bloco de Esquerda, até porque tem mais responsabilidades, e como tal teve uma posição ligeiramente diferente. Também tem que reconhecer isto, não se pode pôr toda a gente no mesmo saco, porque não é verdade.-----

O Bloco de Esquerda teve uma posição que é muito perigosa, para concelhos e regiões como o Ribatejo e Vila Franca de Xira, coisa que o Partido Comunista não fez, e está absolutamente convencido que não fará, pelo menos enquanto partido, porque depois há pessoas que podem gostar mais ou menos, como há em todos os partidos. É da vida, e não há nada a dizer em relação a isso. -----

Olha para isto com muita cautela, porque pensa que os momentos são complicados e dever-se-ia ver. Quanto ao poder, por princípio é favorável a ele, até porque permitiria que Vila Franca de Xira desenvolvesse mais a sua cultura, e era nesta lógica que diria a coisa. -----

Intervio de novo o Sr. Presidente, referindo que pensa que há instrumentos suficientes, e não é necessário ter mais. O que cabe aos municípios é promover a tauromaquia, e devem fazê-lo de acordo com o que pensam ser as melhores soluções nessa divulgação. Há questões de exceção, essas sim, de que se terá de falar, mas parece-lhe que esta matéria poderia ter sido colocada num outro momento, e não agora. -----

Tem uma expectativa e uma garantia, que as Sras Deputadas Odete Silva e Maria da Luz Rosinha, quando esta matéria se colocar na Assembleia da República, serão as grandes defensoras, porque tanto uma como outra defendem a festa brava e a tauromaquia. Pelo menos essas duas deputadas vão certamente estar em consonância na defesa dos interesses do concelho, no que deve ser a promoção da cultura de Vila Franca de Xira, e ver-se-á o que isto dará. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE TERRENOS À JUNTA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA – ESTACIONAMENTO PAGO -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, pedindo desculpa por não ter cumprimentado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, e aproveitando para voltar a perguntar e questionar o Sr. Presidente sobre o protocolo de cedências de terrenos à Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira. ----- Perguntou o Sr. Presidente se o Sr. Vereador está a falar para o presidente da câmara. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que sim, cumprimentou o Sr. Presidente da junta, mas dirigiu-se ao Sr. Presidente da câmara, porque se quisesse perguntar ao Sr. Presidente da junta, ou perguntava-lhe aqui, ou dirigia-lhe um requerimento, a perguntar: “Já agora, pode-me entregar ou facultar uma cópia da cedência?”. Não sabe se ouviria do outro lado dizer, “bem, o senhor conhece, sabe, já se fala há tantos anos”, mas não é o caso, o que queria mesmo era saber, porque nestas coisas é uma questão de coerência. -----

Aproveita o facto de estar presente o Sr. Presidente de junta, que pode ouvir em ambiente real, e o que diz é que nestas matérias deve-se ser coerente, pois quando se representa um grupo político que defendeu sempre, já o próprio estava na câmara municipal, o fim da cobrança dos estacionamento, gostava de saber qual é a coerência de se continuar a cobrar nesses mesmos estacionamento, em Vila Franca de Xira. -----

Portanto, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de ter acesso a esse protocolo, para perceber, e mais, já que estão todos presentes, em vésperas de fim de ano, continua a dizer que deve ter sido um lapso quando se diz que “se nos tirarem os parques de estacionamento, vamos ter que despedir pessoas”. Não acredita, por uma razão, é um desrespeito manifesto à Constituição da República Portuguesa, de que esses senhores dizem que são defensores. É um desrespeito, porque não é possível despedir pessoas em Portugal. -----

Tendo sido interrompido pelo Sr. Presidente, respondeu que não está a falar para ninguém, pelo que não tenham nervos, nem estejam nervosos, pois pode olhar para onde quiser e falar para onde quiser. -----

A



Após ter ouvido o Sr. Presidente da junta rir, disse ao Sr. Presidente que agora sim, agora tem de intervir, porque ninguém deu a palavra ao Sr. Presidente da junta, que nem sequer se pode manifestar. Considera que o Sr. Presidente tem que intervir, tem que se dar o exemplo, porque é o presidente da junta.-----

Ao ter ouvido novamente falar, disse ainda que assim se vê a democracia, e que o Sr. Presidente tem de intervir, agora sim, porque senão o próprio vai à junta, e depois também não o mandam calar.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que mandar calar o Sr. Vereador, não, todos gostam de o ouvir, e era uma perda para todos não o ouvir. É sempre com muito gosto que se ouve sempre, às vezes concorda-se, outras nem por isso, mas é da vida. -----

Depois, aproveita para cumprimentar Sr. Presidente da junta, que não estava no início da reunião, dizendo-lhe que, eventualmente, quando terminar o período antes da ordem do dia, como normalmente permite, e é aquilo que é habitual e tradição, dar-lhe-á a palavra para dizer o que lhe aprouver.-----

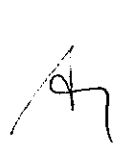
No entanto, agradece que não interfira nas questões que estão a ser discutidas. Ver-se-á qual é o enquadramento daquilo que vai transmitir, certamente, contudo, enquanto não chegar esse momento, agradece que não intervenha, nem com exclamações, nem outro som qualquer.-----

Interrompeu o Sr. Presidente da junta, pedindo desculpa, dizendo que não sabia que não podia rir, mas não vai rir mais.-----

Interveio de novo o Sr. Presidente, mencionando que rir é um bom remédio, mas tem dias e momentos, de maneira que na altura própria o Sr. Presidente da junta terá oportunidade de intervir. -----

Terminou, pedindo ao Sr. Vereador Rui Rei para continuar.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que já percebeu que na Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira as pessoas não percebem, porque já é hábito. Já esteve anteriormente presente, na reunião de câmara, um mandatário, e agora, pelos vistos, o Sr. Presidente de junta, que já cá anda há tantos anos, não sabe, mas se fosse lá na junta de freguesia saberia, com certeza, e pediria isso ao cidadão que lá estivesse. É um cidadão, mas o Sr. Presidente da junta, ao estar na reunião de câmara, é muito mais do que um cidadão, representa a democracia e




sabe muito bem quais são as regras da democracia. -----

No entanto, está à vontade, se a câmara municipal quiser pode-se transformar o que é uma intervenção num diálogo. Está perfeitamente à vontade sobre essa matéria, para se perceber a coerência ou incoerência das posições que se têm ao longo dos anos. O que diz ao Sr. Presidente é que a incoerência das posições é esta que está a dizer, os membros da Coligação Novo Rumo precisam de ver o protocolo, porque durante anos, nesta câmara municipal, e até está à vontade, porque o presidente de junta nem era seu, era do Partido Socialista, os vereadores do Partido Comunista, e na junta de freguesia os eleitos do Partido Comunista, manifestaram-se sempre contra a cobrança do estacionamento na cidade de Vila Franca de Xira.-----

Assim, pergunta porque é que agora mantém a sua cobrança, e diz ainda, só para “descansar as almas”, que não foi o seu partido que deitou abaixo o cinema de Vila Franca de Xira, e tem lá aquele mono, neste momento, parado. Não foi o seu partido, nem foi o seu partido que andou a fazer concessões a privados, e muito menos o próprio. -----

Houve insinuações, quanto aos membros da Coligação Novo Rumo, já que quando não se tem mais nenhum argumento deita-se para fora, mas não viu o mesmo presidente de junta criticar os seus anteriores camaradas por deixarem o estado que deixaram na cidade de Vila Franca de Xira, nem viu o Sr. Presidente de junta, e o executivo da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, preocupados com os moradores do Bom Retiro, quando os seus camaradas, na assembleia de freguesia e na câmara municipal, estiveram contra a decisão, e só anos mais tarde é que a votaram.-----

É uma questão de coerência nesta matéria, e gostava de ter acesso a esse protocolo para o perceberem, e depois, claro, exigir o respeito pela Constituição da República Portuguesa, pois os trabalhadores estão lá, têm o seu lugar, o seu emprego é sagrado, e tem que continuar a ser pago, não se podendo vir com ameaças sobre os trabalhadores. Aliás, até acha muito estranho como é que os grandes defensores dos trabalhadores não vieram criticar uma junta de freguesia por ter ameaçado os trabalhadores de despedimento, que foi o que aconteceu com aquela notícia e aquela intervenção.-----

Tendo ouvido a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso falar, continuou, dizendo que as pessoas precisam de desabafar.-----

Perguntou a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso se agora também não se pode falar.--

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que se pode, e se a Srª Vereadora tiver a mesma atitude de quando o próprio está a dizer umas coisas, por si pode fazer o que quiser. Desde que permita que o próprio, a seguir, faça também, estarão todos na maior, não tem nenhum problema. É só isso, agora, quando o próprio faz intervenções, os Srs. Vereadores fazem o contrário. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que há momentos em que de facto não é fácil ouvir determinado tipo de intervenções, no entanto a democracia é isso mesmo, têm todos que se ouvir, gostem ou não. A Srª Vereadora terá oportunidade depois de retorquir, se assim o entender. -----

Assim, pede-lhe que não intervenha, de algum modo.-----

Continuou o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que sobre esta matéria os membros da Coligação Novo Rumo precisavam, efetivamente, de perceber, para poderem atuar devidamente.-----

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo que irá fazer chegar ao Sr. Vereador o protocolo, que é antigo, foi celebrado com anteriores presidentes de junta. Esta é uma matéria que tem sido também colocada na assembleia de freguesia de Vila Franca de Xira, e há consonância sobre isto. -----

Ir-se-á continuar a avaliar esta questão em reunião de câmara, e o que pensa é que tem de “baixar a fervura” na discussão desta matéria. Quanto mais a água estiver tépida mais agradável é. Se estiver a ferver, não pode ser utilizada. -----

A *pm*

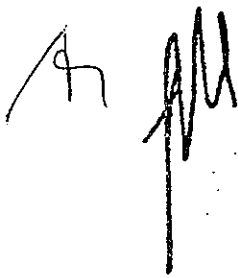
Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PONTO DE SITUAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES NA CIDADE DE VILA FRANCA DE XIRA ---

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando, sobre a questão da cidade de Vila Franca de Xira, que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber o ponto de situação do centro comercial, das ex-instalações da EDP, do antigo hospital, da Marinha, e o estado geral da cidade e projetos que se têm de desenvolver em conjunto, o poder político, entidades públicas, entidades privadas e cidadãos.-----

Precisavam de ter um plano, porque efetivamente a cidade enfrenta desafios muito importantes.-----

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador colocou uma série de questões de fundo, como um plano para saber o que se há de fazer relativamente ao centro comercial, à EDP, ao antigo hospital, à Marinha, etc., sendo que a ARU – Área de Reabilitação Urbana, que foi desenvolvida, pode ser um bom instrumento para desenvolver esse mesmo plano.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DECLARAÇÃO – “DEIXAMOS A NOSSA MARCA EM 2015” -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que termina a sua intervenção com uma pequena declaração dos membros da Coligação Novo Rumo, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Disse ainda, a propósito de ter dito que se deve aos membros da Coligação Novo Rumo a atribuição de verbas que permitiram a conclusão do trilho pedonal entre a Póvoa e Alverca, e de ter passado de bicicleta, ao fim do dia, nesse trilho, que teve oportunidade de verificar que foi concluída uma parte do trilho entretanto, entre o fim da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, e a zona da ETAR de Alverca do Ribatejo, o que quer dizer que efetivamente não havia, desde início, um problema de terreno. Havia um problema de vontade de ter feito, porque a verdade é que foi feito esse trilho, de cerca de 400m a 500m, perfeitamente compactado e com a divisória colocada para o restante terreno, a exemplo do que se tem nos restantes espaços. -----

Portanto, considera que é importante que se continue com esta política. -----

Interveio no final o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador Rui Rei apresentou uma declaração política sobre aquilo que tem sido a posição da Coligação Novo Rumo relativamente à postura, que considera construtiva, porque se assim não fosse a câmara municipal não teria condições de ter os instrumentos principais para poder trabalhar. Essa é a questão de fundo, porque, como costuma dizer, 6 são mais que 5, é a aritmética pura e dura. -----

Gostava, às vezes, de ter o conforto da CDU, não tem, mas pode vir a ter, quem sabe, e bastava muitas das vezes, mas não sabe, se calhar conversar mais. Para isso são precisos também claros sinais, em determinados momentos de discussão desses instrumentos, que deem a possibilidade de ir ao encontro dos Srs. Vereadores nalgumas matérias que podem vir a ser importantes para o concelho. --

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que pode ser acusado de Calimero, mas não é. Sem ser chorão, porque não tem esse hábito, pensa que o Sr. Presidente é injusto com a bancada da CDU, e até podia deixar passar, pois já estão habituados, mas questiona quantas propostas já passaram em reunião de

câmara só com os votos da CDU. -----

Respondeu o Sr. Presidente que é verdade, e mal seria. São propostas inquestionáveis, e mal seria que não as aprovassem. São questões benéficas para a população, para o concelho, e naturalmente que não era suposto os membros da CDU votarem contra por votar contra. Está a falar de outra coisa, e como o Sr. Vereador Aurélio Marques é inteligente, compreende. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que é verdade, e lembra-se de uma. O Sr. Presidente tem razão, foi a dos trabalhadores precários das piscinas, que foi aprovada com os votos da CDU. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que o Sr. Presidente realmente é parcial. Há pouco, quando o Sr. Presidente estava a falar, o próprio interrompeu-o, erradamente, e o Sr. Presidente disse que lhe daria a palavra no fim, mas ao Sr. Vereador Rui Rei permite-lhe tudo. Interrompeu-o, e o Sr. Presidente falou. Não se trata de dizer “lá estou eu”, não está a lamentar-se, mas certamente algum órgão da comunicação social ainda vai dizer, como disse em tempos, “lá estou eu a lamentar-me, a chorar”. -----

Respondeu o Sr. Presidente que quem está correto é o Sr. Vereador Aurélio Marques, o Sr. Vereador Rui Rei não é muito cumpridor de regras. -----

Continuou o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que percebe porque é que o Sr. Presidente permite tudo, até os exageros de tempos e essas coisas, mas o Sr. Presidente também devia corrigir os outros. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, pedindo desculpa, e que o Sr. Presidente tem toda a razão, pois às vezes não cumpre as regras. Pede desculpa e penitencia-se por isso, mas mais uma vez quer dizer: “malandros da comunicação social, que dizem estas coisas”, pois já no passado a comunicação social dizia, e escrevia, que o próprio era um vereador muito competente. -----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, mencionando que é por isso que não acredita na comunicação social. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que não está a dizer que a comunicação social disse mal de si, o Sr. Vereador Rui Rei é que já disse mal da comunicação social, mas depois quis limpar-se, sendo que o próprio até aceita perfeitamente tudo o que a comunicação social diz, e respeita. -----



Deliberação nº _____

Respondeu o Sr. Vereador Aurélio Marques que é a democracia, são democratas, enquanto na bancada da Coligação Novo Rumo, ultimamente, é só a “voz do dono”.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

Declaração

“Deixamos a nossa marca em 2015”

Fechamos 2015 com várias medidas implementadas sob proposta da Coligação Novo Rumo

Vamos a meio do Mandato, e em jeito de balanço de final de ano, recordamos algumas das medidas que propusemos e conseguimos implementar na actual gestão autárquica.

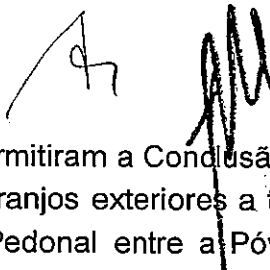
Apresentámos desde a tomada de posse da Câmara Municipal várias propostas, das quais destacamos na área da Educação e Apoio às Famílias, a Oferta dos Manuais Escolares aos Alunos mais desfavorecidos do 1º ciclo, e o aumento do apoio às CAF, passando este ano lectivo o Município a suportar integralmente o custo que caberia as famílias dos escalões A e B. Nesta área, são ainda da nossa autoria a Atribuição de Prémios de Mérito para alunos do ensino básico e de uma Bolsa de Estágios para alunos de mérito do ensino secundário e superior. Também com impacto directo na vida das famílias, temos a Implementação do IMI Familiar para as Famílias com Filhos no nosso concelho, onde por força da oposição, temos também a Aplicação da Taxa Mínima de IMI em 2016.

Na Área da Segurança e Protecção Civil havia caminhos que o município iniciou mas que foram interrompidos e que nós recuperámos. Actualmente, o Município contempla rotativamente cada uma das Associações de Bombeiros Voluntários do Concelho, em cada Dia Municipal do Bombeiro, com uma verba equivalente a 80% do custo, para aquisição de uma Ambulância de Socorro, ou para aquisição de Equipamentos de igual valor.

No domínio da Saúde e Acção Social, conseguimos a atribuição de uma viatura à Unidade de Cuidados Continuados do Concelho de Vila Franca de Xira, para visita e apoio domiciliário.

As empresas são pólos criadores de emprego e focos geradores de rendimento, e consequentemente de receita autárquica. É por nossa iniciativa e proposta o alargamento do âmbito de isenção da Derrama.

Também são da nossa autoria a criação de um Regulamento Municipal de Publicidade Exterior, a ligação de todos os edifícios públicos com rede de fibra óptica e a criação de uma rede de *hotspots wifi* gratuita em todos os edifícios, parques e praças públicas.



Deve-se a nós a atribuição de verbas que permitiram a Conclusão das Obras do Parque Urbano da Quinta da Flamengo em Vialonga, dos arranjos exteriores a tardoz da Esquadra da PSP da Póvoa de Sta. Iria, a conclusão do Trilho Pedonal entre a Póvoa e Alverca, e a criação de um Balcão Único Municipal.

Continuamos a apresentar várias propostas e requerimentos, pedindo esclarecimentos sobre diversos assuntos como as falhas na Recolha de Lixo e na Manutenção dos Espaços Verdes, ou sobre as AUGI, mas também apresentamos vários problemas mais locais, que por vezes dizem apenas respeito a uma Freguesia, a um Bairro, a uma Rua. Propomos e criticamos, mas acima de tudo, queremos ver em "cima da mesa" todos os assuntos de forma clara para que sobre eles possamos, em conjunto, reflectir, mas sobretudo agir.

Relembramos a recente aprovação do Cluster Aeronáutico, que vem sendo falado desde 2003 e que infelizmente não teve a unanimidade neste Município. Recordamos que a aeronáutica é absolutamente decisiva quer para o País, quer em particular para o Município de Vila Franca de Xira e para a cidade de Alverca.

Em relação à Cultura relembramos o reforço do apoio que está considerado em orçamento de mais 30 mil euros. A cultura não é um custo, é um investimento.

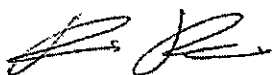
Somos oposição por vontade da população, mas temos procurado implementar o que sempre defendemos para o nosso Concelho, temos apresentado propostas ao executivo municipal, agendado pontos, apresentado vários requerimentos, e sem pretender ser força de bloqueio da actividade autárquica, também temos condicionado algumas propostas do executivo, pedindo a sua retirada para melhor clarificação.

Em 2016 continuaremos o nosso trabalho, sempre em prol de um melhor e maior Concelho de Vila Franca de Xira, um Concelho onde seja agradável viver, trabalhar ou simplesmente visitar.

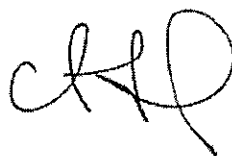
Votos de um Bom Ano Novo.

Vila Franca de Xira, 30 de Dezembro de 2015

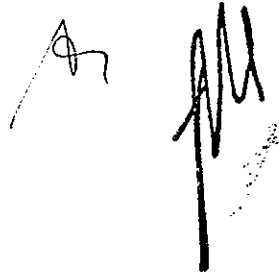
Vereadores da Coligação Novo Rumo



Rui Rei



Ana Paula Bayer



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE
XIRA. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que vai passar a responder às questões colocadas neste período antes da ordem do dia, mas que não há muito tempo, pois, como é habitual, os temas são vastos. De qualquer modo, tentará fazê-lo com o tempo que resta, ou mais qualquer coisa. -----

No entanto, dará primeiramente a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da junta, cumprimentando todos os presentes e agradecendo a oportunidade que o Sr. Presidente lhe dá de poder dizer alguma coisa. Em concreto, acreditando na clareza do carácter do Sr. Presidente, do que lhe conhece há muitos anos, bem como na capacidade que tem de dizer o que pensa exatamente, na cara, às pessoas, tendo já sido testemunha, em alguns momentos, dessa faceta, gostaria de lhe colocar nesta altura cinco perguntas muito objetivas: Considera ou não que a junta de freguesia está a cumprir com os trabalhos delegados na área de limpeza urbana e zonas verdes? -----

Tem ou não alguma dúvida que o valor transferido para a junta de freguesia está a ser aplicado, e com resultados visíveis, nos trabalhos a ela delegados? -----

Alguma vez a junta pediu à câmara municipal dinheiro para festas ou festarolas? ----

A câmara municipal tem alguma dúvida de que o dinheiro transferido para a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira executar as competências delegadas pela câmara não está efetivamente, e na íntegra, a ser aplicado? -----

A câmara municipal beneficia a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira nas verbas transferidas para cada competência, comparativamente a outras, ou melhor, o preço por metro quadrado das zonas verdes ou desmatção é diferente do que paga às outras juntas de freguesia? -----

Este é um conjunto de perguntas que gostava que o Sr. Presidente, quando entendesse oportuno, respondesse, de qualquer modo, sem querer estar a fazer a defesa dos seus colegas presidentes de junta, quer da Póvoa, quer de Alverca, gostava de referir e ler na íntegra aquilo que foi uma frase proferida e escrita num "e-mail" que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e

4



Sobralinho lhe dirigiu: “Na minha freguesia o que a câmara municipal nos deu foram 15 000,00€ para investimento, as restantes transferências foram feitas para o pagamento dum serviço que prestamos, e muitas das vezes esse serviço fica-nos mais caro do que o valor com que o mesmo é pago”.-----

Pergunta ainda, na oportunidade, se poderá tecer algumas considerações rápidas, até porque o Sr. Vereador Rui Rei se dirigiu ao próprio.-----

Respondeu o Sr. Presidente que sabe que efetivamente o Sr. Presidente da junta gostava muito de responder às questões colocadas, no entanto, são matérias do âmbito deste órgão, não de outro, e acredita que terá toda a oportunidade de discutir estas matérias no órgão respetivo, que é a assembleia de freguesia.-----

Foram colocadas questões do âmbito do órgão, junta de freguesia, e colocadas ao presidente da câmara, que o presidente da câmara irá responder, pelo que pede ao Sr. Presidente da junta, por muito que lhe custe, que aguarde o que o próprio vai dizer e não responda àquilo que ouviu. São matérias deste órgão, têm que ser discutidas no âmbito deste órgão, e o Sr. Presidente da junta poderá falar no âmbito da sua freguesia e cidade, sobre alguma questão que queira colocar ao órgão, câmara municipal, e queira ver resolvida, ou alguma manifestação de apoio ou desagrado num ou outro aspeto. Agora, pede-lhe que não fale ou responda a matérias colocadas na sequência desta reunião de câmara.-----

Interveio novamente o Sr. Presidente da junta, referindo que as perguntas que fez não tiveram nada esse objetivo, eram só para ouvir as respostas do Sr. Presidente. De qualquer maneira, até porque o Sr. Vereador Rui Rei fez questão de se dirigir e virar para o próprio, muito concretamente, gostava de dizer que o Sr. Vereador insiste em falar do parque de estacionamento, o que pensa ser um pouco estranho, tendo em conta que a gestão do parque está inscrita no pacote dos acordos de execução e contratos interadministrativos, e o Sr. Vereador terá votado a favor destes protocolos e acordos. É muito estranho, e é uma coisa recorrente.-----

Considera que são um pouco estranhas estas situações, e há uma coisa qualquer que não se compreende muito bem, pois há um desalinhamento entre a Coligação Novo Rumo, na câmara municipal, e na junta de freguesia e assembleia. Não se compreende como é que os companheiros ou camaradas do Sr. Vereador Rui Rei votam favoravelmente o orçamento da junta, sem qualquer espécie de dúvida,

porque até consideram que algumas das propostas estão no seu programa.-----
Pede muita desculpa ao Sr. Presidente, mas pede-lhe que o deixe ainda dizer algo a que não resiste, porque a história é muito engraçada. Pensava que o Sr. Vereador Rui Rei o tinha numa outra conta, porque recorda uma coisa, e agora com mais ironia. O Sr. Vereador Rui Rei faz críticas e tem sido ultimamente muito contundente em relação ao presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, mas há cerca de uma dúzia de anos “namorou-o” à esquina do Milénio para ser o cabeça de lista do PSD à freguesia de Vila Franca de Xira. Desta forma, considera espantoso como é que o Sr. Vereador Rui Rei perdeu a fé toda que tinha no próprio. O Sr. Vereador gosta muito de se ouvir, e pensa que está na hora de se assumir como candidato à presidência da câmara municipal. ----
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Presidente da junta que se continuar assim tem de lhe retirar a palavra. A câmara municipal não tem nada a ver com isso, e o Sr. Presidente da junta é muito disputado, pelos vistos.-----
Prosseguiu o Sr. Presidente da junta, mencionando que foi mesmo, e que honra seja feita ao CDS, pois foi a única força que não o convidou para ser cabeça de lista das suas juntas. -----
Continuou o Sr. Presidente, agradecendo a intervenção do Sr. Presidente da junta, e dizendo que já desabafou, ao que este respondeu que não chegou.-----
O Sr. Presidente interveio, referindo que não, mas se continuasse a dar-lhe a palavra a discussão tornava-se em algo que se costuma dizer numa área que o Sr. Presidente conhece muito e na qual tem um talento natural, numa “desgarrada”. É sempre agradável ouvir uma “desgarrada”, mas não na reunião de câmara, pelo que se vai ficar por aqui.-----
Seguidamente, e a pedido do Sr. Vereador Rui Rei, dar-lhe-á 30 segundos, que questiona se são para defesa da honra ou algo do género. -----
Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que não foi ofendido, porque a si não colocaram em causa nenhuma questão pessoal, nem particular, e não retira nenhuma destas questões do ambiente e divergência políticas nestas matérias. Não retira, nem confunde, questões pessoais com questões políticas, e não confunde mesmo. -----
Portanto, em resposta à afirmação que o Sr. Presidente da junta fez, faz duas. A primeira é que “presunção e água-benta, cada um toma a que quer”. A segunda é



Fl. Livro _____

Fl. Ata 051

Reunião de 2015/12/30

Procº _____

Deliberação nº _____

que o Sr. Presidente da junta podia dizer aos seus camaradas, não aquilo que diz hoje, mas o que disse durante anos sobre o Partido Comunista, e a forma de atuar quando perdeu a junta. O Sr. Presidente da junta devia dizer isso, e se quer discutir isso então vai ter que discutir o que disse em ambientes privados e particulares, quando fazia os seus fados e desgarradas, sobre a atuação dos seus camaradas quando perderam a junta durante estes anos, até a voltarem a ganhar. Podia efetivamente dizê-lo. -----

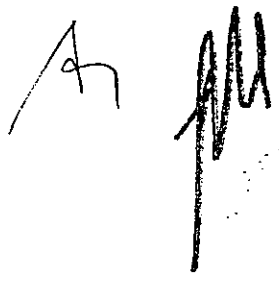
Após ter ouvido falar, referiu não ter feito nenhum comentário de caráter, e não quer fazer, e o Sr. Presidente viu que o próprio fez duas afirmações. Uma foi que “presunção e água-benta, cada um toma a que quer”, e a segunda foi que o Sr. Presidente da junta poderia dizer as afirmações que fez sobre os seus camaradas.-- O Sr. Presidente da junta chamou-o de mentiroso, o próprio não lhe chamou nenhum nome. Não vai chamar, mas pode começar. -----

Para terminar, o que diz é que quem não tem capacidade para “vestir estes casacos, não os “veste”. Não é um problema de lições, e aliás todos têm de ter a humildade de que aprendem todos, todos os dias. -----

Mora neste concelho desde os 2 anos, tem tanta legitimidade como o Sr. Presidente da junta e muitos que o mesmo acha que estão acima do que quer que seja. Depois, quem não recebe lições de caráter e moral é o próprio, do Sr. Presidente da junta, e quer-lhe dizer ainda que sabe que o Partido Comunista, onde, pelos vistos, o Sr. Presidente da junta se integra bem, está habituado a falar a uma só voz. Considera as opiniões diferentes positivas em democracia e, como são positivas em democracia, não percebe qual é o espanto do Sr. Presidente da junta, por, aparentemente, como ele diz, alguns camaradas seus terem posições diferentes das suas. Percebe o espanto no Partido Comunista, porque não há uma posição divergente, e o “tipo” que tiver a posição divergente é convidado a sair. ----

Intervelo o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador para não entrar em diálogo com o Sr. Presidente da junta, e também que termine, pois já vai em 5 minutos. O Sr. Vereador tem um problema com o tempo, pois foram 30 segundos, que já lá vão. ---

Prosseguiu o Sr. Vereador, mencionando que termina já, mas pede a condescendência do Sr. Presidente. Não tem um problema de tempo, só que a emoção e as pessoas, como se querem juntar a esta emoção, fazem estas



afirmações, e depois está até muito curioso para ver as respostas. -----

Não tem nenhum problema, a essência da democracia é essa. É essa a diferença, a democracia até dá para fazer “suspiros”.-----

Aquilo que quer dizer ao Sr. Presidente da junta é que governe, tem que governar e que viver com a crítica. Tem que aceitar a crítica, que aceitar o passado e o que os seus camaradas andaram a dizer. Volta-lhe a dizer que foram contra a implementação de taxas e taxinhas para cobrar o estacionamento, e o Sr. Presidente da junta também era. Agora, como o dinheiro lhe sabe bem, até ameaça despedir trabalhadores. Ameaçou despedir trabalhadores, e isso é inaceitável.-----

Por fim, diz ainda que os Srs. Presidentes de junta recebem muito dinheiro que é aprovado, da câmara municipal, e nenhum vai direto às festas e festarolas, mas é porque existe este dinheiro que o Sr. Presidente da junta pode fazer festas e festarolas, o que é diferente. É porque o Sr. Presidente da junta recebe este dinheiro que faz festas e festarolas, senão não as fazia, porque tinha de governar para as pessoas e para os cidadãos de Vila Franca de Xira.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador entrou num âmbito que não era exatamente aquele em que deveria entrar. São questões que têm a ver com o órgão próprio, e se o Sr. Vereador um dia tiver oportunidade que vá lá assistir.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio novamente, referindo que se aprova, em reunião de câmara, o dinheiro para as juntas de freguesia, e há o dever de fiscalizar para onde vai o dinheiro. Depois, “quem não quer ser lobo não lhe veste a pele”. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que se fiscaliza tudo.-----

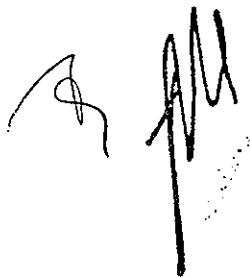
Interveio ainda no final, referindo ao Sr. Presidente da junta que, como diz o Sr. Vereador Rui Rei, e bem, as questões políticas são uma coisa, as questões pessoais são outra, e trata-o assim porque tem a sua amizade e o Sr. Presidente da junta sabe que tem a do próprio. -----

Desta forma, as perguntas serão respondidas aquando da análise do relatório dos contratos de execução interadministrativos, quando vierem a reunião de câmara. Pede imensa desculpa mas não vai responder agora, porque precisa de analisar, os serviços precisam de analisar, e com maior segurança depois responderá.-----



Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Presidente, após as discussões decorrentes da intervenção do Sr. Presidente da junta, dizendo que terminou o período antes da ordem do dia, e que quando terminar a ordem do dia responderá a todas as matérias, porque agora a reunião tem que avançar, passando seguidamente ao período da ordem do dia. -----



1. Assunto: ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE CONTAS DO SIAL – SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO DAS AUTARQUIAS LOCAIS - AJUSTAMENTO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2016-2019 -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 110/15, de 17/12, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação do ajustamento ao orçamento municipal e grandes opções do plano de 2016-2019, de modo a cumprir com a atualização do plano de contas do SIAL – Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais.
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 110/15, de 17/12, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que esta é meramente uma atualização do plano, por imposição ou sugestão do Tribunal de Contas, é um desdobramento de classificações económicas já existentes, portanto não vai alterar o que quer que seja, é apenas a apresentação dos documentos, e os membros da CDU, como é uma situação meramente técnica, vão-se abster-se neste ponto. -----
Interveio o Sr. Presidente, referindo, de qualquer modo, que pedirá ao Sr. Vereador António Félix para explicar esta atualização, deste ajustamento orçamental municipal, que é uma exigência da lei. -----
Interveio o Sr. Vereador António Félix, cumprimentando todos os presentes, referindo, tal como o Sr. Presidente já disse, que isto não tem grande explicação, são imposições que foram feitas pelo SIAL, que têm a ver apenas com o desdobramento de algumas contas, que se é obrigado a fazer no âmbito do novo Plano Oficial de Contas. É só isto, é uma questão meramente técnica, não tem



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

AM

Fl. Livro _____

Fl. Ata 056

Reunião de 2015/12/30

Procº _____

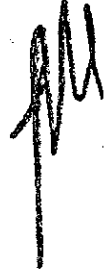
Deliberação nº _____

nenhuma alteração àquilo que já era o orçamento e o plano que se tinha aprovado. Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que é aqui que se vê a coerência das coisas. Por ser uma questão meramente técnica, os membros da Coligação Novo Rumo votam a favor, mas também, na altura, votaram a favor do orçamento que permite as transferências para as juntas de freguesia. -----

Pode-se falar do que se quiser, mas foram os membros da Coligação Novo Rumo que votaram a favor, permitindo às juntas de freguesia e outros terem essas transferências, sendo que esperava que se fizessem uma pergunta à CDU, porque é que, tendo votado contra, se estaria contra a transferência dos dinheiros para as juntas de freguesia. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que, com a abstenção da CDU, o ponto é votado, por maioria. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

1. Assunto: DOAÇÃO DE RAÇÕES AO CANIL MUNICIPAL-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 50/15, de 18/12, do Serviço Médico-Veterinário Municipal, para aceitação da doação de rações para animais, nomeadamente cães e gatos, pelo Grupo Jerónimo Martins.----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 50/15, de 18/12, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **058**

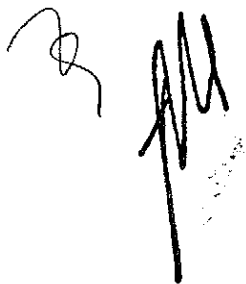
Reunião de 2015/12/30

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 6011/15, de 21/12, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2015/12/07 e 2015/12/16. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 6011/15, de 21/12, do DGAFJ/DRH, e mapa, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----
-----
6. Propostas:-----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE E EDITAIS -----

Foi dado conhecimento do que de seguida se indica: -----

1. Dos diplomas publicados em Diário da República com interesse para a administração local: -----

Resolução da Assembleia da República nº 140/2015, de 14 de dezembro, I série, Inovar no setor público; -----

Deliberação nº 2297/2015, de 17 de dezembro, II série, relativo ao Município de Vila Franca de Xira - Sistema de Incentivos à Revitalização Empresarial e Regeneração Urbana; -----

Resolução da Assembleia da República nº 141/2015, de 17 de dezembro, I série, que recomenda a divulgação e o estudo da Constituição da República Portuguesa na escolaridade obrigatória; -----

Aviso nº 14839/2015, de 18 de dezembro, II série, relativo ao Município de Vila Franca de Xira - Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) do Concelho de Vila Franca de Xira; -----

Regulamento (Extrato) nº 877/2015, de 21 de dezembro, II série, relativo ao Município de Vila Franca de Xira - Alteração, por aditamento, respeitante à redução das taxas relativas a urbanização e edificação do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas; -----

Resolução do Conselho de Ministros nº 101/2015, de 23 de dezembro, I série, que aprova o Programa Escolhas (2016-2018). -----

2. Dos editais publicados entre 2015/12/14 e 2015/12/23, que constam da lista anexa, a qual se dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata. -----

Tomado conhecimento. -----

-----

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente, pelo Sr. Vereador António Félix e pelo Sr. Vereador António Oliveira, no período compreendido entre 2015/12/10 e 2015/12/21, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
3. Informações/pareceres: -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Fl. Atā 061

Proc⁹

Deliberação nº

7. Deliberação: Tomado conhecimento.-----

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – TÉCNICO SUPERIOR (ÁREA DE GEOGRAFIA) – RECRUTAMENTO EXCECIONAL. -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 6009/15, de 21/12, do DGAFJ/DRH, para aprovação do recrutamento excecional da candidata Maria Manuela da Costa Rodrigues Ferreira Pires, posicionada em 2º lugar no procedimento concursal para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para técnico superior (área de geografia), em regime de contrato por tempo indeterminado. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 6009/2015, de 21/12, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

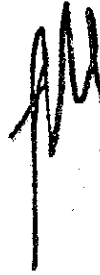
Fl. Ata 063

Reunião de 2015/12/30

Procº _____

Deliberação nº 779

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE AQUISIÇÃO E DEMOLIÇÃO DE FRAÇÕES NO MONTE GORDO - CLÁUSULAS CONTRATUAIS-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 113/15, de 21/12, do DGAFJ/DPFCL, para aprovação da minuta do contrato de empréstimo a celebrar entre o município e a Caixa Geral de Depósitos, SA, relativo à contratação de empréstimo a médio prazo para financiamento da aquisição e demolição de frações na Encosta do Monte Gordo, em Vila Franca de Xira.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 113/15, de 21/12, do DGAFJ/DPFCL, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo aprovam, e estão de acordo, mais uma vez, com a resolução do problema dos moradores do Monte Gordo, que foram efetivamente os únicos que não tiveram responsabilidade em todo este processo. Portanto, estão completamente de acordo com esta situação. -----
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que já deu instruções aos serviços, no sentido da empresa que tem estado a trabalhar com a câmara municipal na contenção do talude, da encosta, e que já fez também um plano de demolição controlada, que tinha sido feito para o lote 2, fazer um novo plano, para se verificar em que condições se podem, eventualmente, demolir os dois prédios. É um plano que está a ser desenvolvido, que pensa que rapidamente se terá, e dessa forma saber-se-á de uma forma adequada quando é que os prédios poderão



eventualmente ser demolidos, sem prejuízo para ninguém. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que, em todo o caso, como é óbvio, no âmbito desse plano de demolição terá de haver uma informação prévia junto da população, na área envolvente, e portanto os membros da CDU esperam que essas questões sejam devidamente preparadas, para que uma ação desse tipo tenha o menor impacto possível junto da envolvente habitacional. Contudo, há uma questão de fundo e essa não depende da câmara municipal, depende do Tribunal de Contas, e da autorização prévia, no âmbito da fiscalização a que esse tribunal diz respeito, que é a premissa fundamental para que tudo isto se possa encaixar. ---

Interveio o Sr. Presidente, referindo que cabe à câmara municipal seguir o trabalho, e não estar à espera do tribunal.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que com certeza que sim, não está isso em causa, não se deve estar à espera do Tribunal de Contas para desenvolver estes procedimentos, como é óbvio, mas a questão é simples. Da parte do município, do ponto de vista técnico-jurídico, existe uma noção de quanto tempo, no limite, o Tribunal de Contas pode dar resposta? -----

Respondeu o Sr. Presidente que a resposta do Tribunal de Contas é variável. O Tribunal de Contas tem sempre um prazo, que é cerca de 30 dias, para se pronunciar, mas muitas das vezes, quando esse período está a terminar, vem solicitar mais esclarecimentos. Já tem acontecido que se vai de esclarecimento em esclarecimento, e nisto demora-se muito tempo. De qualquer modo, como já referiu, ir-se-á fundamentar o melhor que se souber esta matéria e, se for necessário, inclusivamente, apesar de que crê que não será, se se justificar e se o próprio Tribunal de Contas o permitir, ir-se-á de viva voz explicar. Há matérias, por mais que sejam escritas, que às vezes não se conseguem identificar profundamente. -----

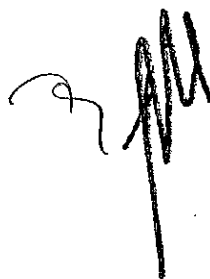
Está esperançado, e fica na expectativa que todas estas matérias se resolvam. Neste momento está a decorrer o período em que os moradores se têm de pronunciar, sendo esta uma questão que decorre da lei. Já houve um morador que se pronunciou, outros também já verbalmente se pronunciaram, mas as questões não podem ser verbais, têm que ser escritas, e todo este procedimento está a decorrer de acordo com aquilo que se combinou em reunião de câmara e de



Reunião de 2015/12/30

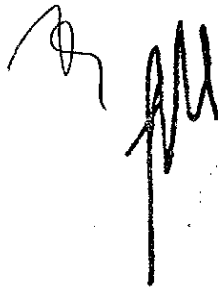
Deliberação nº _____

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "G", SITA NA PRACETA DA COOPERAÇÃO, Nº 8 (ANTIGO BAIRRO DA CHASA, LOTE 4.17) - ALVERCA DO RIBATEJO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicações internas nºs 318/15 e 313/15, de 28/12 e de 18/12, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "G", sita na praceta da Cooperação, nº 8 (antigo bairro da Chasa, lote 4.17), em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 83 328,00€, solicitado pela Chasa, CRL. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicações internas nºs 318/15 e 313/15, de 28/12 e de 18/12, do Notariado Privativo Municipal, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 131/15, de 18/12, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2015/12/07 e 2015/12/17, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 131/15, de 18/12, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que tem apenas duas questões. Uma é sobre a alteração de utilização das Construções Silva Coito, em que pergunta o que é, concretamente, “armazém/indústria”. Por último, sobre a construção da Congregação Cristã em Portugal, na rua Vasco da Gama, que pensa que tem a ver com a esquina da rua Luís de Camões, o que questiona é se a construção é interna ou externa.-----
A primeira questão é sobre as Construções Silva Coito, de uma alteração de utilização, e pergunta se era um armazém e passa para indústria ou vice-versa. -----
Interveio o Sr. Presidente, questionando se a Arqtª Teresa Laranjeira tem esta informação.-----
Interveio a Arqtª Teresa Laranjeira, referindo que está a falar um pouco de memória, do que se lembra do processo, tratando-se de uma alteração de utilização, mas, no fundo, é para uso de armazém. Coloca-se a palavra “indústria”, porque normalmente há uma aprovação para armazém, que pode depois vir a ter uma atividade industrial, pois é compatível, e é para não se estar constantemente



Reunião de 2015/12/30

Deliberação nº

Respondeu o Sr. Vereador que passa lá todos os dias, mas não tem nada contra.----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: AUMENTO DE COMPROPRIETÁRIOS – CORTE DO LOBO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 798/15, de 16/12, do DPGPRU/DGU, para aprovação do aumento do número de comproprietários para celebração de negócio jurídico, da propriedade descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, sob a ficha nº 4978, com a área total de 774 248m² e inscrita na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 3 da secção OO (parte), composta de terras de pastagem e cultura arvense, na Corte do Lobo, na freguesia de Vila Franca de Xira, solicitado por António Alberto Cunhal Gonçalves Ferreira.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 798/15, de 16/12, do DPGPRU/DGU, e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Afla 070

Reunião de 2015/12/30

Procº 134/15 ONEREDPDM

Deliberação nº 782

1. Assunto: RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – QUINTA DA BOA VISTA E QUINTA DO JARDINEIRO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação/despacho nº 39/15, de 18/12, do DGUPRU/D, para aprovação do reconhecimento de interesse público municipal da instalação de exploração suinícola, na Quinta da Boavista e Quinta do Jardineiro, na Castanheira do Ribatejo, solicitado por Euroeste – Imobiliária e Construções SA, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação/despacho nº 39/15, de 18/12, do DGUPRU/D, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Ernesto Silva, dizendo que a bancada da CDU solicita a possibilidade da retirada deste ponto, para aprovação na próxima reunião. De qualquer das maneiras, os seus membros gostariam de questionar, em primeiro lugar, por que razão aparece isto de “interesse público municipal”, pois é a questão que se coloca. Gostariam de saber por que razão aparece isto, porque dá a ideia de que é para tentar legalizar o espaço, de alguma construção que já lá está e tem muitos anos, por aquilo que se pode ler no processo. O processo é grande, em termos de documentação, e o pedido que fazem é no sentido de se retirar para a próxima reunião para poderem analisar melhor e ver “in loco” o que se está a passar. -----
Contudo, gostariam de perceber, da parte da câmara municipal e do Sr. Presidente, os motivos que levam a esta solicitação, sendo que à primeira vista solicita-se o



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Aça 071

Reunião de 2015/12/30

Procº 134/15 ONEREDPDM

Deliberação nº _____

reconhecimento de interesse público municipal. Não é técnico, não conhece, mas gostaria de tentar perceber o porquê disto, tendo em conta o fim a que se destina este pedido, que é a legalização de construções ilegais.-----

Nesse sentido, tendo em conta o ponto de vista ambiental, urbanístico e jurídico, questionam se é possível passar o ponto para a próxima reunião de câmara.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que, antes de responder, pergunta à Arqtª Teresa Laranjeira se esta matéria tem prazo.-----

Respondeu a Arqtª Teresa Laranjeira que tem prazo. -----

Interveio novamente o Sr. Presidente, perguntando, se não for aprovada hoje, se poderá não haver hipótese. -----

A Arqtª Teresa Laranjeira interveio, respondendo que poderá não haver hipótese, tendo sido distribuído o enquadramento num regime excecional de legalização de instalações de atividades industriais, de pecuária ou suinicultura, que é o caso, e o que é pretendido é que a câmara municipal possa emitir uma certidão, que depois será acompanhada num outro processo que será desenvolvido junto da CCDR - Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional, com outras entidades, para poderem ser aprovadas e licenciadas, quer a atividade, quer as construções que se encontram lá. -----

Consta na informação técnica, na câmara municipal existem processos já desde 1970, e mais qualquer coisa, só que as instalações foram crescendo, há uma atividade, e neste momento é dada uma abertura de legalização. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a questão é que, se não se aprovar hoje, a eficácia e oportunidade perdem-se. Quanto às questões que o Sr. Vereador Ernesto Ferreira colocou, dirá que há agora uma oportunidade com esta certidão, de permitir a legalização daquela atividade industrial e pecuária, e mais que isso.-----

É nesse sentido que se aposta, porque, se for só legalizar as instalações, é evidente que a legalização só por si subentende uma série de exigências, e esta atividade há décadas que não tem vindo a cumprir as exigências de caráter ambiental. Assim, a câmara municipal pode tomar uma de duas decisões. Uma é acabar com a atividade, com o prejuízo que daí advém em termos económicos e sociais, outra é encontrar uma solução que permita que a atividade continue, com benefícios económicos e sociais, que é a manutenção dos postos de trabalho, mas

com uma certificação em termos ambientais, que hoje não tem. -----

Esta legalização está no seu limite para se poder fazer, como já foi referido, e na sua opinião, e por isso faz a proposta, que já esteve para vir numa reunião anterior, mas da análise que fez entendeu que deveria ser melhorada, porque faltava uma abordagem diferente daquela que estava, é a oportunidade, de uma vez por todas, de resolver alguns problemas que se fazem sentir em diversos momentos, que têm incidência, não só na Castanheira, e também em outras zonas da zona baixa, mas diria que principalmente na Castanheira.-----

Esta é a oportunidade de se resolver este problema de uma vez por todas, a contento de todos, e não haveria problema nenhum de retirar o ponto, mas está condicionado com os limites que a lei exige.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, dizendo que é evidente que os membros da CDU percebem, mas lamentam que isso aconteça, ou seja, deixar-se chegar ao limite para agora se dizer, “ou isto passa agora ou não passa, e cria outro problema”.-----

Não desejam isso, mas não é aceitável, pois a empresa onde trabalha, e muitas outras que estão pelo concelho, tiveram que fazer regularizações, pensando o próprio, mas não se quer enganar, devido a situações idênticas, de haver construções em zonas que não estavam permitidas, e fizeram a correção, o que aconteceu na empresa onde trabalha, em que houve uma série de demolições, uma série de situações e de legalizações, e nesta situação deixou-se chegar ao limite do tempo para agora se dizer isto.-----

Quanto à opinião que têm, mesmo em termos ambientais, dão um exemplo, que pensa que o Sr. Presidente conhecerá, ou seja, na empresa onde trabalha passa uma vala, ainda esta semana houve uma descarga para lá, já se comentou que não se sabe de onde vem, mas é feita com alguma frequência, e aproveita-se para se fazer quando há chuva.-----

Assim, não concordam com isto, a posição que têm é de abstenção, sendo que não é perceptível como é que se deixa chegar a esta situação. De qualquer dos casos, tendo em conta aquilo que foi dito, a CDU vai-se abster neste ponto.-----

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, mencionando que, daquilo que os membros da Coligação Novo Rumo estiveram a consultar e a ler, dos documentos



que lhes foram entregues, esta situação aparece por um Decreto-Lei nº 165/2014, de 05/11, que prevê um regime de regularização e alteração, ou ampliação, entre outras coisas, de exploração de atividades pecuárias incompatíveis com instrumentos de gestão territoriais e/ou condicionantes ao uso, que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração, ou de exercício de atividades. Assim, este diploma estabelece um carácter extraordinário para esta regularização.-----

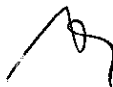
Esta atividade tem antecedentes registados nesta câmara municipal desde 1977, e só está a fazer uma análise factual do que lhes é entregue. Portanto, pode ter construções ilegais, e ilegais porque a câmara municipal nunca quis saber do que lá estava. O facto é este, e mais uma vez só se reporta ao que está, pois não conhece o espaço, reportando-se aos documentos que foram entregues. -----

Dos documentos que foram entregues, recorda que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira aprovou dois instrumentos de gestão territorial, um em 1993, que ignorou esta propriedade, e já lá existia, e outro em 2009, que ignorou esta propriedade, que já lá existia. Os únicos que, aparentemente, pela informação que consta, não têm nenhuma responsabilidade, são os exploradores e os proprietários desta propriedade. É o que lhe dá a entender e a ler, do que está. -----

Face a isto, os proprietários ou exploradores, o Grupo Euroeste - Imobiliária e Construções SA, da Quinta da Boavista e Quinta do Jardineiro, estão perante uma situação que lhes é criada pela câmara municipal. É criada pela câmara municipal, de acordo com o que é dito, porque deixou passar dois instrumentos de gestão, um em 1993 e outro em 2009, sendo que o ato de legalizar ou dar interesse público não iliba os proprietários de cumprirem a legislação. -----

Assim sendo, a câmara municipal declara interesse público, mas não lhes retira a responsabilidade, para poderem explorar uma atividade de suinicultura, de todas as regras que têm de cumprir, e se for incompatível não pode explorar. Sendo compatível, e podendo respeitar a legislação em vigor, do seu ponto de vista é, eventualmente, pouco coerente a câmara municipal não legalizar esta situação.-----

Daquilo que lhes é entregue, pensam que se está a corrigir uma omissão de dois planos diretores municipais, um de 1993 e outro de 2009, e a verdade é que o Partido Comunista diz que se vai abster, mas devia ter resolvido em 1993. A



verdade é que o PS também o deveria ter resolvido em 2009 e, curiosamente, foi um governo fascista que aprovou um Decreto-Lei nº 165/2014. É verdade, são factos. -----

Portanto, face a estes factos, e não existindo nada incompatível na área, os membros da Coligação Novo Rumo não têm razão para não votar a favor de uma proposta destas. Aliás, se são tão defensores dos postos de trabalho e de todos os investimentos, não têm como não votar a favor de uma proposta deste género.-----

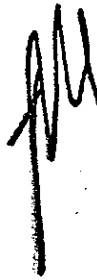
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo, só para lembrar, e possivelmente vai estar atento a estas coisas, que quando se fala tem que se ver e ter a noção do que se vota, e estas questões foram aqui trazidas. Alguém votou essas situações, está de acordo, e aliás já foram feitas mais construções, à posteriori, antes do PDM de 2009. Contudo, é uma graça tremenda, pois as pessoas falam, falam, mas depois votam, são tão persistentes e têm aquele “olho gigante” que vê tudo, participaram nos PDM, na discussão do PDM, e também não detetaram que estavam lá aquelas situações. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se o Sr. Presidente lhe permite responder.-----

Respondeu o Sr. Presidente que permite, mas o que diz é que há uma coisa que tem de diferente em relação aos Srs. Vereadores, teve a sorte, por um lado, e o azar, por outro, de ter nascido na altura em que nasceu, o que quer dizer que ao longo destes anos todos foi aprendendo a saber o que era verdadeiramente o exercício da democracia. Pensa que o que se deve extrair do que se está a conversar é a oportunidade que este decreto-lei permite, e não deixar esta empresa numa situação de dificuldade, de não poder resolver os problemas. Estas coisas são muito simples e, efetivamente, ao longo de muitos anos houve licenças para a construção dos pavilhões para o desenvolvimento daquela atividade. -----

Crê que nessa altura as decisões foram, justamente, no mesmo sentido daquilo que hoje se está a fazer, ou seja, permitir uma atividade ligada à pecuária, à indústria pecuária, e a criação de postos de trabalho. Evidentemente que os anos foram decorrendo, e esta empresa, aproveitando o benefício que este decreto-lei permite, só há relativamente pouco tempo é que veio colocar a questão. -----

Esta é uma matéria que, para memória futura, tem de estar muito bem



fundamentada no processo em causa, não podem ser “duas tretas”, não pode ser conversa, e que se faz assim porque é assim. Tem que estar fundamentada, e foi por isso mesmo que pediu aos serviços para fundamentarem melhor, e o assunto não veio na reunião anterior, veio a esta. -----

De qualquer forma, a empresa também só agora conseguiu entregar à câmara municipal os documentos necessários para que se ficasse confortável para aprovar, e espera que seja, a passagem desta certidão de reconhecimento municipal, sem a qual não é possível resolver este problema. Isto é que deve ser o importante, agora, responsabilidades há várias, e o que seria irresponsável era não aproveitar esta última oportunidade que se tem. Isso é que não parecia nada responsável. -----
Todas as bancadas, ao fim ao cabo, estão de acordo sobre esta matéria, apesar de que com uma abordagem diferente, aquilo que o Sr. Vereador disse é verdade, que este decreto-lei é que permite que hoje se esteja a resolver, e também a CDU não tem de ficar “beliscada”, na medida em que todo este procedimento foi sempre no sentido de tentar encontrar soluções para que aquela atividade se desenvolvesse.--
Também é verdade que aquela atividade, ao longo dos anos, tem criado problemas ambientais complicados, como aliás o Sr. Vereador Ernesto Ferreira há pouco referiu, e cabe agora à câmara municipal a responsabilidade de tentar, pelo menos, resolver isto de uma vez por todas, e melhorar as condições da atividade que ali se desenvolve.-----

Pensa que o importante é todos se libertarem do acessório e concentrarem-se naquilo que verdadeiramente os traz a esta reunião, que é aprovar esta proposta.--
Assim sendo, e indo a conversa já longa, dará a palavra ao Sr. Vereador Rui Rei.-----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que só quer ler um parágrafo, porque às vezes tem-se tanta necessidade de dizer umas coisas, que não se lê, não se estuda, e, mais uma vez, o que diz é que só está a ler os documentos que são entregues, nem mais, nem menos.-----

Assim, é dito: “A pretensão da requerente é legalizar parte da exploração suinícola existente, uma vez que grande parte da exploração já se encontra devidamente licenciada (é isto que lá diz), com funcionamento que remonta aos anos setenta do século passado, localizada em área designada pelo regulamento do PDM como “Espaços Agrícolas Complementares”, e pela estrutura ecológica municipal de

“Outras áreas abrangidas por REN”. A área é assim abrangida pela restrição e servidão pública de Reserva Ecológica Nacional, REN”. -----

Depois, diz-se mais, que a empresa tem 6 trabalhadores. -----

Portanto, a questão é muito clara, não é o problema do que foi sendo construído, até porque muito disso aparentemente está legalizado, o problema está na atividade que tem de ser legalizada, e, mais uma vez, refere que só está a ler os documentos que foram entregues. -----

Isto quer dizer que os membros da Coligação Novo Rumo fizeram o trabalho de casa, e não vieram falar de cor, e é só esta a diferença. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando, muito rapidamente, que a questão já está aprovada, a CDU, por razões que expendeu, vai-se abster, mas os membros da CDU fazem o trabalho de casa e leem tudo. Aquilo que foi trazido não acrescenta nada, e o que está a dizer é caso raro, pois não tem contestado nada do que vem do Sr. Vereador, que é isso que o irrita, só que hoje decidiu dizer qualquer coisa, pois o que o Sr. Vereador trouxe é mais do mesmo, é a conversa habitual, que para a situação não vem resolver nada. -----

Já está aprovado da parte da CDU, todos leram o que consta nos documentos, e sabem, sendo que pediram mais tempo para analisarem concretamente. Assim, o que foi trazido e a sua resposta não foi no conteúdo, mas nas expressões que se usaram, não só em relação à CDU, ao PDM da CDU, como em relação ao PDM do Partido Socialista. -----

Já falou, não vai entrar em mais polémicas, pois é só isso, mas às vezes há outra vontade. -----

Interveio o Sr. Presidente, para dizer que no que concerne ao Partido Socialista, o mesmo está a fazer aquilo que entende que deve ser feito, e não vale a pena estar a desenvolver esta matéria. -----

Em conclusão, o ponto é aprovado, com a abstenção da CDU. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: PLATAFORMA LOGÍSTICA DE LISBOA NORTE – ALTERAÇÃO DO FASEAMENTO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DE CAUÇÃO – LEZÍRIA DAS CORTES – QUINTA DAS AREIAS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 89/15, de 11/12, do DGUPRU/DF-SUI, para aprovação da alteração do faseamento, em duas fases, das obras de urbanização referentes à plataforma logística de Lisboa Norte, sita na Lezíria das Cortes, Quinta da Areias, na Castanheira do Ribatejo, assim como das respetivas obras de urbanização em cada uma das fases, e da redução da caução existente, de 14 970 800,00€, para o valor de 8 114 962,73€, solicitada pela Saba Parques Logísticos Portugal, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 89/15, de 11/12, do DGUPRU/DF-SUI, planta de localização e peças desenhadas, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo que, de facto, quando não se estudam bem as matérias depois as decisões e o sentido de voto são de estranhar. Não sabe se os membros da CDU neste ponto também se vão abster, porque, mais uma vez, as obras não foram entregues com as fotografias e autos que os membros da Coligação Novo Rumo têm vindo sempre a solicitar. Portanto, até tem alguma curiosidade em saber como se irão pronunciar em relação a este ponto. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que costuma dizer que há problemas que os membros da CDU não conseguem resolver, e pensa que lhe foi colocado um problema que não vai conseguir resolver. Contudo, passando à frente, falará daquilo que é mais importante. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o que não é possível resolver está resolvido. Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que sim, há coisas que não consegue resolver, e que o bom senso resolve. -----

Continuou o Sr. Presidente, afirmando que o Sr. Vereador também é humano, pelo que, se não consegue resolver, não consegue, e está resolvido. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador, mencionando que para os membros da CDU o ponto é claríssimo. Em coerência com o que sempre disseram sobre a matéria, já em 2008, porque é um processo que tem alguns anos de discussão na câmara municipal, fizeram parte daqueles que, nos termos da avaliação de impacto ambiental, entenderam, entre outras razões, algumas de que gostariam de recordar. -----

A primeira é porque a plataforma logística foi construída sem a demonstração de que existiam alternativas de localização. Portanto, ao contrário do que alguns sistematicamente dizem, que a CDU está contra a plataforma logística e o seu projeto de negócio e de interesse de desenvolvimento empresarial no concelho de Vila Franca de Xira, é categoricamente falsa a afirmação. Aliás, revela absoluta ignorância sobre a interpretação que se faz das afirmações sucessivas e públicas da CDU. -----

O que sempre disseram e continuam hoje a dizer, a propósito desta alteração das respetivas obras de urbanização, com libertação de uma parte da redução de caução, é que no concelho, também no concelho, e porque não, só no concelho, existiam e existem alternativas de localização para a construção da plataforma logística. -----

Dito isto, continuam a lamentar, como é óbvio, que não obstante o processo ter-se dado como iniciado com a proposta de reformulação das fases de construção, o que está em causa é a destruição de áreas de Reserva Agrícola Nacional, a destruição de áreas ameaçadas pela cheia e, por outro lado, um risco de contaminação de um aquífero que está identificado nos ordenamentos jurídicos, bem como no Plano Diretor Municipal, e do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. -----

Não vão mudar de opinião sobre esta matéria, até porque os pressupostos iniciais de que o investimento de 265 000 000,00€ tardam a aparecer, e duvidam mesmo da bondade desse anúncio público, assim como dos 17 500 postos de trabalho



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atã 079

Reunião de 2015/12/30

Procº 3/08 LOTEPDM

Deliberação nº _____

relativamente à promessa criadora de mais-valias para o concelho.-----
Infelizmente a realidade veio demonstrar que a CDU, e todos aqueles que se insurgiram contra este atentado ambiental, tinham razão, e deveriam ser desenvolvidos todos os esforços no sentido de suspender aquilo que deveria ter sido há muito suspenso.-----

Assim, sem mais dispensas sobre esta matéria, vão obviamente votar contra. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que tem uma pergunta para fazer, que tem a ver com a via entre a plataforma e a linha do caminho de ferro. Os membros da CDU gostariam de saber de quem é a responsabilidade da manutenção e requalificação daquela via, se é da câmara municipal, se é do promotor. Se a memória não o atraiçoa, a junta de freguesia já fez esta pergunta à câmara municipal, mas o próprio não tem os documentos, e não consegue dizer ao Sr. Presidente, ficando entre a plataforma e o caminho de ferro. -----

Respondeu o Sr. Presidente que essa estrada é municipal, dizendo ainda que o que se traz hoje é uma questão que lhe parece simples, a fusão da fase 1 e da fase 2, ficando uma única fase, e a fase 3 passar a fase 2, com a discriminação da infraestruturação que foi feita e, naturalmente, a justificação de redução das garantias.-----

O que quer dizer ao Sr. Vereador Nuno Libório é que compreende as razões políticas que coloca, não está de acordo, mas compreende, porque, conforme já disse em vários momentos, tendo em conta a necessidade de dimensão da plataforma, não há local que conheça no concelho com essa disponibilidade de território. -----

Uma coisa é dizer “estamos de acordo com a plataforma logística”, e estão todos de acordo, mas depois diz-se “estamos de acordo, mas não ali”. Várias vezes se perguntou “não ali, onde é que sugerem?”, e foi dito que não era à CDU que competia dizer. Tinha que ser noutro sítio, mas outro sítio não há.-----

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo desculpa por interromper, mas dizendo que os membros da CDU até identificaram.-----

Respondeu o Sr. Presidente que identificaram um espaço, se bem se recorda, que era a Previdente.-----

Continuou o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo desculpa por interromper, mas



referindo que os membros da CDU identificam, e aliás correspondia, em termos de raciocínio e perspetiva de desenvolvimento, àquilo que o Portugal Logístico do governo de então propunha. Portanto, não estavam a dizer nada de diferente do discurso oficial. Estão a falar da zona da Previdente, e não só, havia um terreno que estava identificado para o efeito. Identificaram, pelo que não se ficaram apenas pela constatação da questão.-----

Respondeu o Sr. Presidente que estavam a propor uma solução que não era solução, na medida em que o espaço não era suficiente. Pede desculpa ao Sr. Vereador, mas não estão de acordo, e não vem mal ao mundo. Os membros da CDU defendem a sua posição, o Partido Socialista defende a sua, e continua a dizer que aquela plataforma logística certamente que vai ser, no futuro, uma área económica importante, e está convicto que assim que começarem a aparecer empresas, e instalarem-se, é uma questão de desenvolvimento de outras mais que para lá irão.-----

Do que se está hoje a falar não é de questões de fundo, essas estão resolvidas, e são insanáveis naquilo que é a opinião da CDU e que é a opinião do Partido Socialista. Essa matéria e discussão política já foi feita, mais uma vez o Sr. Vereador Nuno Libório a colocou, mas a questão que hoje se traz é outra, tem a ver com as infraestruturas de urbanização daquela plataforma.-----

Relembra ao Sr. Vereador que em 2009/11/18 matéria semelhante foi colocada, e nessa altura a CDU votou a favor, porque não se estava a falar, na sua opinião, de uma questão de fundo, se a plataforma devia ficar ali ou noutro sítio, estava-se a falar, única e simplesmente, de questões muito práticas, que são as da receção de infraestruturas da urbanização. Hoje muda de opinião, não vem mal ao mundo, há momentos da vida em que, de facto, se muda de opinião, mas a opinião dos membros da CDU em 2009 foi outra, e o Sr. Vereador Nuno Libório já cá estava, aliás, já cá estão todos há muito tempo.-----

De facto, na altura a CDU interpretou, e bem, no seu ponto de vista, o que estava em causa, e o que está hoje em causa é uma questão semelhante. Por isso, aquilo que estranha é a posição ser diferente. São duas coisas que pensa que não se devem misturar, uma é a discussão política, da construção da plataforma naquele local, outra é a construção e a aprovação, sem os votos da CDU, da plataforma,




que tem uma série de infraestruturação que foi necessária fazer, que está feita, em que a CDU, na altura, reconheceu que se estava a tratar de uma situação que não era misturável, e por isso mesmo votou a favor. Hoje, pelos vistos, vai votar contra, e é só a desconformidade das situações que, no seu ponto de vista, são semelhantes.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não se devem fazer interpretações sobre coisas que, de facto, não são comparáveis. Uma coisa é a receção de infraestruturas, outra completamente diferente é a calendarização das obras de urbanização. Pensa que fica claro aquele que é o entendimento que a CDU tem sobre estas matérias, que é o entendimento correto sobre isso.-----

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo, neste momento, olhando para o ponto, e a ser discutido hoje, não têm condições de o votar a favor. Efetivamente é a mesma coisa que em novembro, de que o Sr. Presidente falou, substancialmente não há diferença nenhuma na proposta, mas do ponto de vista que têm, tem uma nuance, que é uma mera operação financeira que está subjacente. Assim, somam-se as fases, muda-se o nome, a câmara municipal faz a libertação da garantia bancária, e a empresa faz as obras. É o que está em cima da mesa.-----

Precisam, em primeiro lugar, de clarificar esta operação, e de ter a certeza que as obras de urbanização que lá estão atrás estão feitas corretamente. A não ser assim, entendem que o que se está a fazer, mais uma vez, é um financiamento às obras da plataforma logística, e com isso não estão de acordo.-----

Já deram o suficiente e demais para este "peditório", e a única coisa que farão com o seu voto é permitir que eventualmente aquilo termine, se houver um projeto para tal. Caso contrário não estão de acordo, já tiveram o suficiente, e o suficiente foi um grande investimento da parte pública. A parte pública é a entidade pública, câmara municipal, tudo o que estava na sua obrigação contratual foi feito, e até hoje o que estava na obrigação contratual dos privados não foi feito tudo. -----

Quando se pede ajuda a terceiros tem que se estar, no mínimo, em igualdade de circunstâncias, ou então justificar, e neste momento, da interpretação que fazem deste processo, reduz-se a caução de 14 900 000,00€ para 8 000 000,00€, e a empresa faz as restantes obras de urbanização que ali estão, ou seja, com o

financiamento que não pagam num sítio, vão fazer as obras noutra. -----

Não queria estar a emitir mais nenhuma opinião sem um esclarecimento adicional, e solicita que possam ser avaliadas pelos serviços todas as infraestruturas que lá estão feitas, se estão corretamente feitas, e que venha à reunião de câmara um relatório semelhante ao que veio da Malvarosa, porque não se está a falar dum documento de uma urbanização ou obras de urbanização que sejam de inferior importância, muito pelo contrário. -----

Para a sua bancada tem mais importância porque teve investimento público direto envolvido, e convinha que antes de uma operação destas se pusesse em cima da mesa tudo o que está feito, o que está cumprido do lado da câmara municipal, o que não está cumprido do lado da empresa, e quando se propõe cumprir, por escrito, descrito. Nesse momento estão disponíveis para avaliar, até lá não estão disponíveis para fazer libertações de cauções com base num possível cumprimento, que depois, em teoria, resolverá outras questões. Primeiro clarifica-se, parte-se do ponto 0, e vai-se para a fase seguinte, o que pensa será melhor para todos, para se chegar a uma conclusão final. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que se teve a preocupação de pedir um relatório que deve estar no processo, pelo que agradece à Arqtª Teresa Laranjeira que o possa encontrar, e pediu-se a uma empresa, a IDOM, que tem feito este trabalho. Assim, aquilo que sugere é que se suspenda a discussão deste ponto para tentar encontrar os elementos que, eventualmente, confortem o Sr. Vereador Rui Rei na análise. Se assim for, proceder-se-á à votação, se ainda houver alguma dúvida, então retirará o ponto. -----

Interveio mais tarde, perguntando ao Sr. Vereador Rui Rei se quer retirar o ponto, ao que o mesmo respondeu que sim, dizendo então o Sr. Presidente que o ponto é retirado, e pedindo à Arqtª Teresa Laranjeira para tentar trazer uma fundamentação, em termos gráficos. -----

Tendo reagido a um comentário do Sr. Vereador Nuno Libório, que disse que assim já não há votação, e que o ponto era chumbado, interveio o Sr. Vereador, pedindo desculpa por prejudicar o raciocínio do Sr. Presidente, e que não tome importância ao que o próprio disse, que foi um comentário paralelo, bem como que retome a discussão, pois foi mesmo um comentário que admite ter sido desnecessário, e não

quis sinceramente prejudicar o raciocínio do Sr. Presidente.-----

Não será pelos membros da CDU que a reunião de câmara não vai terminar, e pede ainda ao Sr. Presidente que não se esqueça que há o período antes da ordem do dia todo para responder, a todas as bancadas, inclusive à sua, e que gostaria de ter oportunidade para responder. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que quem gere a câmara municipal é o Partido Socialista, e só o pode fazer, para poder trabalhar, encontrando aqui e ali parcerias. A vida é assim, e ainda António Costa nem sonhava nada do que está a acontecer hoje, já o próprio pensava assim há muitos anos. Se calhar é percursor, umas vezes tem que conversar com os membros da CDU, outras com a outra força política, e a democracia é isto mesmo, tentar resolver determinado tipo de questões. -----

Já tem trazido propostas que são melhoradas através da CDU, e são melhoradas através da Coligação Novo Rumo, no sentido de, não as desvirtuando, se poder trabalhar. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que há camaradas do Sr. Presidente que têm dito que tem muita sorte com a oposição que tem. -----

Respondeu o Sr. Presidente que com certeza que tem, mas dá muito trabalho, é muito exigente, e também elogia a oposição, porque tem um papel fundamental para corrigir, melhorar, propor, e é o que se está a fazer. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo que hoje vai com o coração cheio, porque acabou agora de se ter um elogio à oposição, que agradece, e há pouco recebeu um convite para ser candidato à câmara, que não sabe se tinha também "ataxado" a parte do mandatário, o que também agradece. -----

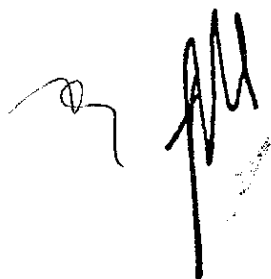
Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que então retira o ponto, com o coração cheio. Fica retirado para a próxima reunião de câmara, e os serviços farão um trabalho, em termos gráficos, de se saber o que está feito, o que falta fazer e, duma forma clara, trazer documentação em que os outros milhões e quase 9 milhões de euros são suficientes para a construção das infraestruturas que ainda faltam resolver. -----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia, sendo presente à próxima reunião. -----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 23 DO LOTEAMENTO DA QUINTA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 294/15, de 16/12, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 23 do loteamento da Quinta Nossa Senhora de Fátima, em São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2006-AUGI, de 24/02, solicitado por Ana Isabel Ramos Gonçalves. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 294/15, de 16/12, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Fl. Livro _____
Fl. Ata 085
Reunião de 2015/12/30
Proc.º. 41/15 CERTAUGI
Deliberação nº. 784

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO SOBRE O LOTE 476 DO LOTEAMENTO DA QUINTA DA BELA VISTA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 293/15, de 16/12, do DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 476 do loteamento da Quinta da Bela Vista, em São João dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2015-AUGI, de 12/03, solicitado por Elisabete dos Anjos Henriques Carvalho. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 293/15, de 16/12, do DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

-----

1. Assunto: ROTUNDA DO ENTRONCAMENTO DA VARIANTE DE VIALONGA COM A EM DE ALPRIATE – LISTA DE ERROS E OMISSÕES E PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DE PROPOSTAS-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1633/15, de 15/12, do DOVI/DOVI, para aprovação da “Lista de Erros e Omissões Aceites”, passando a fazer parte integrante das peças de procedimento, mantendo-se o preço máximo estimado para o contrato, bem como da prorrogação do prazo de apresentação das propostas de 12 dias contínuos, referentes à empreitada de execução da rotunda do entroncamento da variante de Vialonga com a EM de Alpriate.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1633/15, de 15/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----

1. Assunto: EXECUÇÃO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FLAMENGA – FASE 4A – VIALONGA - AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL FINAL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1648/15, de 17/12, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória parcial final, datado de 2015/11/19, referente à empreitada de execução do Parque Urbano da Quinta da Flamengo – Fase 4A, em Vialonga, adjudicada à Scampia - Engenharia, Lda. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1648/15, de 17/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----




1. Assunto: CALENDÁRIO 2016 ALUSIVO AO GRUPO DE FORCADOS AMADORES DE VILA FRANCA DE XIRA – VENDA NO POSTO DE TURISMO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 349/15, de 11/12, do DEC/DCTPM, para aprovação da venda ao público, no posto de turismo, do calendário anual do Grupo de Forcados Amadores de Vila Franca de Xira, pelo valor unitário de 2,50€, revertendo a totalidade da verba para o município. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna 349/15, de 11/12, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----




1. Assunto: DOAÇÃO DE CARPINTARIA ANTIGA POR ISABEL MARIA FERREIRA MINAU RAMOS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 451/15, de 03/12, do DEC/DCTPM/Museu Municipal/Núcleo de Alverca, para aceitação da doação de um conjunto de 237 objetos museológicos provenientes da antiga carpintaria de Américo da Piedade Lopes, de Alverca do Ribatejo, pertença de Isabel Maria Ferreira Minau Lopes Ramos, com valor total atribuído de 4 376,00€, para incorporação no acervo do museu municipal – Núcleo de Alverca.
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 451/15, de 03/12, do DEC/DCTPM/Museu Municipal/Núcleo de Alverca, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: WORKSHOP “UM CADERNO CHEIO DE EXPERIÊNCIAS”, MINISTRADO PELO DR. EDUARDO SALAVISA, NO ÂMBITO DA EXPOSIÇÃO COLETIVA DE BANDA DESENHADA, ILUSTRAÇÃO E POLÍTICA “SEMCONSENSO” -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 118/15, de 16/12, do DEC/DCTPM/MNR, para aprovação do Workshop “Um caderno cheio de experiências”, ministrado pelo Dr. Eduardo Salavisa, no âmbito da exposição coletiva de banda desenhada, ilustração e política “SemConsenso”, a realizar no dia 5 de março de 2016, sábado, das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00, no Museu do Neo-Realismo, do preço das inscrições, cujo valor será de 20,00€ para o público geral, 10,00€ para trabalhadores da câmara municipal e SMAS, e 5,00€ para crianças até aos 10 anos (acompanhadas por um adulto), bem como do pagamento ao formador, no equivalente ao total da receita obtida com as inscrições. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 118/15, de 16/12, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

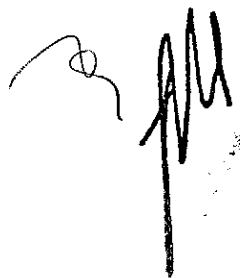
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES EM REGIME DE COMODATO DA CASA TÍPICA AVIEIRA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS AVIEIROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 311/15, de 18/12, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do protocolo de cedência de instalações, em regime de comodato, a celebrar com a Associação Cultural dos Avieiros da Póvoa de Santa Iria, para a utilização e gestão do edifício conhecido como “Casa Típica Avieira”, sito no Parque Urbano da Póvoa de Santa Iria.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 311/15, de 18/12, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que em nome da bancada da CDU os seus membros querem congratular-se pelo trabalho cultural desenvolvido pela ACAPSI, que em boa hora, em conjunto com o município, revalorizou o património histórico-cultural a partir das tradições ribeirinhas.-----
Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que naturalmente que sim, o executivo municipal entende que este protocolo tinha todo o sentido, com o seu apoio, porque se alguém consegue preservar a cultura dos avieiros são os próprios. Este protocolo vem nesse sentido, e é importante a sua aprovação. -----
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----
-----

1. Assunto: UNIVERSIDADE SÉNIOR – DEVOLUÇÃO DE PROPINAS POR MOTIVOS JUSTIFICÁVEIS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2438/15, de 10/11, do DASDEDS/DDS/NAS, para aprovação da devolução de propinas aos alunos da Universidade Sénior, Conceição Neves Santos Martins e Américo Gonçalves Martins, nos valores de 15,51€ e 10,34€, respetivamente, por terem apresentado a desistência da matrícula, sem iniciarem a frequência, por motivo devidamente justificado.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2438/15, de 10/11, do DASDEDS/DDS/NAS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

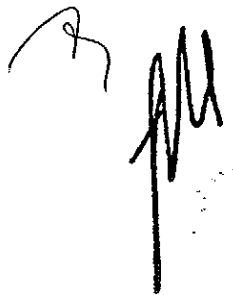
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: UNIVERSIDADE SÉNIOR – DEVOLUÇÃO DE PROPINAS POR MOTIVOS JUSTIFICÁVEIS -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2453/15, de 11/11, do DASDEDS/DDS/NAS, para aprovação da devolução de propinas do aluno da Universidade Sénior, Francisco José Afonso de Brito, no valor de 13,15€, por motivo de falecimento, devendo o ressarcimento ser efetuado à esposa, Maria de Lurdes Agostinho Vargues de Brito. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2453/15, de 11/11, do DASDEDS/DDS/NAS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PROGRAMA DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO – QUOTA INSTITUCIONAL 2015 – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 2015/07/29 -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 491/15, de 14/12, do DASDEDS/GAMAJ, para ratificação do despacho que autorizou a retificação da deliberação nº 483, tomada em 2015/07/29, relativa à quota institucional, do Programa de Apoio ao Movimento Associativo, no que respeita ao Núcleo Sportinguista de Vila Franca de Xira, considerando que a constituição da associação foi em 1992/11/10, e o valor a atribuir é de 69,00€ e não de 57,00€. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 491/15, de 14/12, do DASDEDS/GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que se exclui da discussão e votação deste ponto. -----
Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que este ponto tem a ver com o núcleo sportinguista, de que o Sr. Vereador é presidente e, como tal, ausenta-se na altura da votação. -----
Depois, de facto havia uma correção a fazer, e o assunto vem para ratificação, para permitir o pagamento decorrente desta alteração. Assim sendo, este erro é corrigido agora, e está resolvido. -----
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente, estando ausente no momento da votação o Sr. Vereador Aurélio Marques. -----

Assunto: PROGRAMA DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO – ATUALIZAÇÃO DA QUOTA INSTITUCIONAL -----

Presente proposta nº 15/2015, dos membros da Coligação Democrática Unitária, para aprovação da atualização do valor da quota institucional, no âmbito do Programa de Apoio ao Movimento Associativo, de 3,00€ para 5,00€.-----

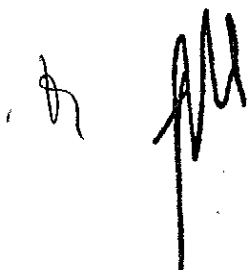
Interveio o Sr. Presidente, referindo que esta é uma proposta da CDU, e passa a palavra ao proponente.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU pensam que esta proposta da devolução de 5,00€ da quota institucional por ano de existência é de todo justa para todas as associações do concelho. -----

Desde 2011 que o executivo, ou melhor, a câmara municipal, gerida pelo Partido Socialista, entendeu que, por questões financeiras, deveria diminuir a quota de 5,00€ por ano de existência de cada associação para 3,00€, e por aquilo que têm vindo a conversar com as associações, não é pelo valor, mas pela atitude. As associações entendem, e consideram que bem, que pode roçar até nalguma falta de consideração que a câmara municipal tem para com as mesmas, mas não acreditam que seja por isso, entendem que foi uma decisão mal pensada, mal refletida, e, por entenderem que foi uma decisão mal refletida, trazem uma proposta para que a quota institucional volte aos 5,00€ por ano de existência, que era o valor pago até 2011.-----

Assim, colocam à consideração esta proposta, e pensam que, se todos entendem que o movimento associativo tem um papel fundamental naquilo que é o desenvolvimento cultural, social e até económico do concelho, é por demais justo que a quota tenha o valor de 5,00€, que no orçamento não deve fazer grande mocha, e para o movimento associativo seria uma expressão daquela que é a consideração da câmara municipal para com as associações do concelho.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de colocar uma ou duas questões à CDU, ou seja, se tem ideia do valor de que se está a falar, do que representa atualmente, do que representará no futuro, e do que representa, em média, por associação, do que se está a falar nesta proposta. Tem uma ideia, mas com base nisto queria desenvolver o seu raciocínio face a esta proposta.-----



Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que valores concretos por acaso não os tem, mas certamente não será uma verba que pesará assim tanto no orçamento. Ainda assim, também para as associações não resolverá os problemas financeiros de que infelizmente quase todas sofrem. -----

Aquilo que entendem é que não lhes parece justificável que este valor tenha sido alterado em 2011, de 5,00€ para 3,00€ por ano de existência, e já nessa altura o disseram, pediram explicações, mas elas não foram as que entendiam ser suficientes. A justificação que aparecia era por questões financeiras, e, de facto, não é um argumento que se possa usar quando se está a falar de um aumento de 2,00€ por ano de existência, até porque, como o Sr. Vereador sabe, estes valores estão balizados, e há um teto máximo para a sua entrega a cada associação.-----

Portanto, não será certamente por este aumento, entendem que as associações o verão com bons olhos, e será um gesto de agradecimento e gratidão por tudo aquilo que fazem pelo concelho. Aliás, como o Sr. Vereador sabe, a maior parte das associações é gerida, de forma voluntária, por munícipes que tiram do seu tempo pessoal para dar em prol de todos, e é mais do que justo que desta maneira se possa agradecer o trabalho meritório que é feito em cada associação. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que estaria de acordo com quase tudo o que a Srª Vereadora disse, incluindo o respeito pelas associações, como pelos cidadãos, pelo trabalho que as pessoas dão em termos beneméritos, e seria um reconhecimento. Contudo, pensa que com os desafios que se atravessam, no momento que se vive, as associações precisam mais do que reconhecimento, precisam efetivamente duma estratégia do poder político face ao que pensam ser os desafios do movimento associativo, e o movimento associativo deve fazer chegar ao município as suas necessidades. -----

O movimento associativo não vive só de reconhecimento, o reconhecimento é o reconhecimento, é um ato de educação, mas não paga as contas no fim do dia, e quando fez as perguntas isso tinha a ver com duas questões. Neste momento são 3,00€, os encargos devem representar entre os 17 000,00€ e os 18 000 00€ por ano em orçamento, e, com a proposta da CDU, deveriam representar pouco menos de 30 000,00€ por ano, sendo que eventualmente serão cerca de 40,00€ por média, por associação. Para a maior parte das associações com dimensão 40,00€

[Handwritten signature]

não pagam um terço da fatura da eletricidade, e é mais ou menos comparado com o aumento dos reformados em 0,65€, que em alguns casos nem paga o café. -----
Portanto, recorda que a câmara municipal dá 150 000,00€ para obras, 150 000,00€ para viaturas, 545 000,00€ para vários tipos de atividades, e recorda que os membros da Coligação Novo Rumo, no orçamento que os membros da CDU votaram contra, aprovaram e fizeram uma proposta de 30 000,00€ para as atividades culturais. Esta é uma questão de pragmatismo, pois pode-se estar contra tudo, mas no fim do dia não se obtém nada. -----

Assim, fizeram esta proposta, e fizeram, como já teve oportunidade de ler na declaração, a dos manuais escolares, e dos bombeiros, pagando-se 80% das ambulâncias de socorro, que são efetivamente, não só reconhecimento, como apoio sério e específico ao movimento associativo. -----

Diria até mais, o que se deveria fazer a seguir era falar com o movimento associativo, verificar as suas necessidades de forma estruturada, e definir estrategicamente o apoio que se vai dar, de acordo com as áreas que são prioritárias para o desenvolvimento do município, e com certeza que em muitas se terá de reforçar esse apoio, dada a necessidade que existe hoje em dia, e às vezes as dificuldades que os pais têm de ajudar a suportar essas atividades. -----

Relembra, por exemplo, que uma das áreas importantes até poderia vir dos SMAS, até porque hoje em dia está muito em voga a questão do ser bom aluno, e não é bem a questão do ser bom aluno, pois todos devem ser, até porque está presente o seu filho, e não pode dizer o contrário. Tem que se ser bom aluno, e depois pode-se é ser mais exigente, que é o que tem vindo agora a estar na moda. -----

Portanto, dever-se-ia ser mais exigente com os SMAS, até naquelas associações de grande consumo de água, por exemplo, em que só as taxas associadas à fatura da água representam mais de metade do valor que pagam efetivamente nos consumos. Aí, está absolutamente de acordo. -----

Quanto ao resto, esta proposta é meramente emblemática, quiçá de algum reconhecimento, e não tem dúvidas que a prazo, eventualmente, até pode ser reposta, num enquadramento geral do apoio ao movimento associativo, mas neste momento não passa só de um mero ato de bandeira, que é passar de 3,00€ para 5,00€, quando os proponentes nem sequer sabiam bem de que valores é que

estavam a falar.-----

Não quer ser mau, mas a verdade é que mais uma vez não se faz o trabalho de casa, trazem-se e apresentam-se umas coisas, e depois anda-se por aí a dizer que se transfere de 3,00€ para 5,00€, mas para as maiores instituições deste concelho aquilo, ao fim do dia, “nem aquece, nem arrefece”, não tem coisa nenhuma. -----

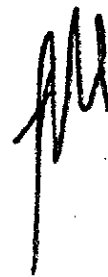
Eventualmente, em instituições mais pequenas dará algum jeito, mas do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo esta proposta, neste momento e nestas circunstâncias, não introduz nenhum valor acrescentado que não seja quando comparado, por exemplo, com os 30 000,00€ para o apoio cultural e para a possibilidade de se terem mais grupos de teatro, que possam ter atividades profissionais. -----

Não é o reconhecimento, é o reconhecimento a par das questões financeiras, que são fundamentais, porque sem isso as instituições não conseguem viver. É disso que se tem de falar verdadeiramente, não é de “palmadinhas nas costas”, que no fim do dia não pagam as contas, nem dão sequer para abrir a porta. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dirigindo-se ao Sr. Presidente, mencionando que o valor, para os membros da CDU, de facto não era o mais importante, como não foi o mais importante certamente para a Coligação Novo Rumo, quando propôs, e no entender que têm, bem, e é pena não terem estado na entrega, os prémios de mérito para os alunos do concelho. -----

De facto, todo o dinheiro que o município poderá deixar de receber pelas bolsas que entregou aos alunos do concelho é mais do que merecido, mostra o reconhecimento que tem para com os alunos que se distinguem no concelho, nos segundo e terceiro ciclos de escolaridade. Portanto, quando souberam dos prémios de mérito, também não lhes interessava o valor que a câmara municipal deixava de receber.-----

Em relação ao orçamento e às propostas de 30 000,00€ ou do que quer que seja, quando votam orçamentos não votam parcelas de orçamentos, e se lhes perguntarem se estão de acordo com os 30 000,00€ para o movimento cultural, claro que sim, tal como estão de acordo e propuseram a entrega gratuita dos manuais escolares, não só para os alunos de primeiro, segundo e terceiro ciclos, de ação social escolar, como para todos os alunos do primeiro-ciclo.-----

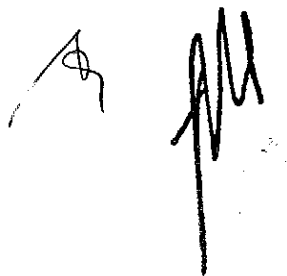
 

Aliás, na Assembleia da República o Partido Comunista Português tem até apresentado propostas, infelizmente chumbadas pelos outros partidos políticos, na atribuição gratuita dos manuais escolares para todo o ensino obrigatório, que vai até ao 12º ano, ou até aos 18 anos de idade dos alunos. -----

Assim, quando o Sr. Vereador Rui Rei diz que não é por aí que se resolve o problema, não é por aí, tal como não é por aí que se resolve o problema dos 0,65€ de aumento, que nem sequer dá para um café, e o que diz ao Sr. Vereador é que ainda bem que se vai aumentar em 0,65€, porque o que infelizmente estão habituados a ver, não é o aumento dos 0,65€, é o retirar de 2,00€, 3,00€ ou 4,00€ por dia, que é aquilo que infelizmente o país tem vindo a observar nos últimos tempos. -----

Portanto, em relação ao apoio ao movimento associativo, entendem que o Programa de Apoio ao Movimento Associativo – PAMA, deve e está a ser discutido, por aquilo que têm vindo a saber, pelos serviços da câmara municipal e pelo Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, que é quem tem esta responsabilidade no município, esperam vir a saber das conclusões dessas reuniões, que lhes parecem bastante interessantes, e por isso, de facto, como disse, não é por aqui que se vai resolver o problema, mas também não é por aqui que se vai dificultar o problema. - Assim, não conseguem perceber ainda hoje porque é que há 4 anos atrás se entendeu reduzir, e hoje, pelos vistos, há uma dificuldade de alguns em perceber porque é que se deveria voltar a ter, e não é aumentar, é retirar o corte que aconteceu em 2011. É verdade que em algumas circunstâncias não vai resolver o problema, mas também não vai dificultar o problema, pois não haverá de ser pelos 10 000,00€ de diferença que a câmara municipal entra numa situação complicada a nível financeiro. -----

Não é algo que tenha aparecido agora, por acaso, sempre defenderam o aumento, ou melhor, o voltar a repor da verba ou o valor que era pago até 2011. Na altura, em 2011, não concordaram, já várias vezes trouxeram a reunião de câmara esta situação, apelaram à sensibilidade de todos para que este corte deixasse de existir, que voltassem a ser repostos os 5,00€ por ano de existência, e como até agora não foi possível, entenderam que seria mais do que justo agendar esta proposta e colocá-la à votação. Agora, naturalmente que, por parte da CDU, e por



serem proponentes, consideram que é de todo meritória, mas se os Srs. Vereadores entenderem que não é por aí, farão aquilo que entenderem, pois a democracia traz isso de bom. -----

Contudo, não é porque a CDU votou contra o orçamento que não defende o movimento associativo, e aliás os seus membros entendem que deve ser apoiado e sempre fizeram para que assim fosse. -----

Fica ao critério de cada um a votação deste ponto, sabendo-se que se não for aprovado voltarão a agendá-lo, porque entendem que é mais do que justo, e este corte de 2011 não faz qualquer sentido. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que a CDU fará aquilo que bem entender, e poderá, até ao final do mandato, estar a agendar o pedido desta proposta, mas o próprio diria que é uma proposta avulsa, completamente fora do contexto dos apoios que a câmara municipal concede ao movimento associativo, e relembra, com orgulho de todos, certamente, que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira é daquelas que ainda apoia com uma fatia importante do seu orçamento o movimento associativo. -----

É muito justo que o faça, e vai continuar a fazer, sendo que, como a Srª Vereadora disse, e bem, estão a decorrer, como habitualmente, reuniões com o movimento associativo, no sentido de avaliar as opiniões sobre várias matérias. Aquilo que pensa é que os Srs. Vereadores poderiam perfeitamente, na discussão do plano e orçamento, ter apresentado esta proposta, o que é um facto é que não a apresentaram e, pior do que isso, do ponto de vista do executivo PS, votaram contra. Não é pior do que isso, não está bem dito, a opção da CDU foi votar contra, o que não acontece em outras juntas de freguesia, como aconteceu agora numa assembleia de freguesia sobre o orçamento, em Alverca do Ribatejo, em que a CDU se absteve, e pensa que muito bem. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não acredita, perguntando se então há diferenças entre a CDU de Vila Franca de Xira e de Alverca. -----

O Sr. Presidente prosseguiu, referindo que, como o Sr. Vereador disse, isto não tem de ser tudo igual. -----

Continuou, dizendo que pensa que no próximo plano e orçamento esta proposta da CDU pode ser perfeitamente incluída, no contexto geral da ajuda efetiva do

movimento associativo. Vem nesta altura, depois de se ter aprovado e discutido o plano, mas os Srs. Vereadores poderiam, do seu ponto de vista, tê-la apresentado, e está convicto que se acolheria. Contudo, votaram contra, e agora, em “fim de festa”, com o orçamento aprovado, vão tentar que se aprove. -----

Crê que está completamente desfasada no tempo, não é disto que o movimento associativo precisa, o que precisa é de ajudas e apoios efetivos, mas no próximo orçamento, se a CDU, e fica o compromisso, apresentar esta proposta, analisar-se-á, e certamente haverá condições de a acolher. Agora, depois de tudo isto ter acontecido, sendo que os Srs. Vereadores deveriam ter colocado a questão no momento próprio, pensa que não tem sentido, porque “não aquece, nem arrefece” ao movimento associativo, como aliás a Srª Vereadora reconhece. -----

No entanto, por uma questão simbólica, como a Srª Vereadora também referiu, e é verdade, poder-se-á mais à frente, em 2017, se bem que é um período um pouco complicado, o que reconhece, se todos estiverem imbuídos no espírito do apoio efetivo ao movimento associativo, certamente encontrar as soluções para estarem de acordo. -----

Neste momento, sinceramente, pensa que é uma proposta completamente desfasada, e aquilo que o executivo municipal quer dizer à Srª Vereadora é que está disponível, isso sim, para falar com o movimento associativo, recolher as suas sugestões, retificar eventualmente alguma questão que seja necessária, e depois trazer o resultado dessas reuniões e reflexões. Então, provavelmente, daí poderá resultar algo para o plano de 2017, ou fazer-se alguma correção que ainda seja possível, em que aí fará sentido. -----

Esta proposta é completamente desgarrada, e sugere à Srª Vereadora, mas é um atrevimento seu, retirar esta proposta, para depois, mais tarde, se poder voltar ao tema. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que das palavras do Sr. Presidente os membros da CDU podem subentender que, como votam contra o orçamento, não podem apresentar propostas ao longo do ano, porque são sempre desgarradas e descabidas. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que podem, mas é evidente que desde que seja num contexto e enquadramento claro. Não foi isso que quis dizer, mas pensa é

que a Srª Vereadora teve oportunidade, quando se esteve a discutir o orçamento, de dizer “queremos que isto seja consagrado”, e nesta altura parece-lhe que é uma proposta mais “natalícia” do que outra coisa.-----

Continuou a Srª Vereadora, mencionando, em relação à proposta “natalícia”, que ela já tinha sido pedida, para ser agendada noutra reunião, e por questões dos serviços da câmara municipal, provavelmente, não foi antes. Se calhar não podem apresentar agora porque é Natal, depois vem o Carnaval, metem-se a Páscoa e as férias, e não conseguem, mas, de facto, não tem nada a ver com o Natal, tem a ver com o facto de terem vindo a ter alguns encontros, conversas ou reuniões, chame-se o que se entender, com algumas associações, onde este problema é colocado.---
O executivo sabe, porque também conversa, e está nalgumas vezes presente, que este problema é colocado pelas associações, e por isso os membros da CDU entenderam que a questão deveria aparecer como uma proposta, para ser votada pela câmara municipal.-----

Pelos vistos não podem apresentar propostas porque ainda agora chumbaram o orçamento, mas quanto aos orçamentos, quando são distintos, era só o que faltava que, porque votam contra o orçamento da câmara municipal, agora os eleitos da CDU, no concelho, tivessem todos de votar contra tudo, quando os orçamentos, que é aquilo que se está a votar, são uma coisa distinta. Aliás, há situações onde o Partido Socialista vota contra, outras onde vota a favor, outras onde se abstém, porque os documentos são de facto diferentes, pelo que essa justificação e argumento é de quem não faz, de facto, o trabalho de casa em condições, e não percebe que os documentos a serem votados são distintos.-----

Neste sentido, vão continuar com a proposta, não a vão retirar, e, como se percebe, não sendo aprovada, vai ter certamente uma mais-valia, e só para isso vale a pena, que é quando o executivo municipal estiver agora na discussão do PAMA perguntar às associações. Não querem ser “pais” de nenhuma proposta, só querem repor o que é justo, mas o executivo, que está mais vezes com o movimento associativo, até por questões de função, que pergunte às associações o que acham sobre o corte que lhes foi feito em relação à quota institucional.-----

Depois certamente que ouvirá aquilo que os membros da CDU ouviram, e certamente que perceberá que a proposta era mais do que justa. Aí, se quiser




propor, seja em que tempo do ano for, no Carnaval, na Páscoa, no Natal, para a CDU é indiferente, certamente contará com os votos favoráveis da CDU. -----

Interveio o Sr. Presidente, passando à votação, concluindo que com os votos contra do PS, a favor da CDU, e contra da Coligação Novo Rumor, a proposta é reprovada.-- Depois, em conclusão, e após a votação, o que diz é que está de acordo com aquilo que a Srª Vereadora acabou de falar no fim, sobre esta matéria o executivo não tem estigmas absolutamente nenhuns, e está sempre disponível para analisar tudo, dentro do quadro daquilo que é possível fazer. -----

Agora, tomaram todos os municípios, de todas as cores políticas deste país, apoiarem tanto como Vila Franca de Xira apoia. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que os membros da CDU nunca disseram o contrário.-----

Continuou o Sr. Presidente, referindo que então estão de acordo.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio novamente, dizendo que o Sr. Presidente sabe que já foram tomadas em reunião de câmara muitas decisões em que houve o apoio da CDU, e algumas bastante complicadas.-----

Respondeu o Sr. Presidente que é verdade, e que se está presente para as coisas simpáticas e para as coisas difíceis, principalmente deve-se estar para as coisas difíceis. Uns têm uma opinião, outros têm outras, mas têm que tentar todos, de uma forma construtiva, resolver efetivamente as coisas difíceis. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que está de consciência tranquila. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que todos têm a consciência tranquila, certamente. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros do PS e da Coligação Novo Rumor, reprovando a proposta dos membros da CDU.-----

-----



Reunião de 2015/12/30

Deliberação nº

Por fim, deseja ainda um excelente Ano Novo, sobretudo com muita saúde, que é aquilo que é decisivo para a vida do dia a dia. -----



Deliberação nº **796**

29 ata minuta



Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2016/01/27, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Orlando da Silva, por não ter estado presente, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros,
Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em
regime de substituição, a subscrevi. -----

- Alberto Simões Maia Mesquita -